



DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS

4T24 e 2024

taesa 



MISSÃO

Conectamos o Brasil com energia segura e confiável.



VISÃO

Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.



VALORES

Cuidamos genuinamente das **pessoas**.

Agimos com **integridade** construindo relações de **confiança**.

Buscamos a **excelência** em tudo o que fazemos.

A TAESA somos nós!



Rio de Janeiro, 18 de março de 2025

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA" ou "Companhia"; B3: TAEE3, TAEE4 e TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre e ano de 2024.

Destaques do ano



Receita Líquida Reg. 2024

R\$ 2.329,1 milhões (-2,8%)



Lucro Líquido Reg. 2024

R\$ 991,5 milhões (-7,5%)



Receita Líquida IFRS 2024

R\$ 3.718,1 milhões (+10,6%)



Lucro Líquido IFRS 2024

R\$ 1.693,9 milhões (+23,8%)



CAPEX 2024

R\$ 1.035,4 milhões (-49,6%)



Energização antecipada dos dois reforços de **Novatrans** com uma RAP autorizada total de R\$ 38,9 MM



Entrada em operação parcial de **Pitiguari** com 26 meses de antecipação



15ª e 16ª Emissões de Debêntures no total de R\$ 1.700 milhões



Proposta de Dividendos Mínimos Obrigatórios Remanescentes R\$ 301,5 milhões

Videoconferência de Resultados

Quarta-feira, 19 de março de 2025

11h00 (BRT) | 10h00 (NYT)

Webcast em Português: [Clique aqui](#)

Português com tradução simultânea para o inglês

Contatos RI:

investor.relations@taesa.com.br

<https://ri.taesa.com.br/>

+55 21 2212 6000



ÍNDICE

1.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	5
2.	RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO.....	7
3.	VISÃO GERAL.....	11
3.1.	Estrutura Societária.....	11
3.2.	Estrutura Societária TBE.....	12
3.3.	Estrutura Societária AIE.....	12
4.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	13
4.1.	Desempenho Operacional.....	13
4.2.	Ciclo da RAP 2024-2025.....	14
4.3.	Resultado Regulatório.....	16
4.3.1.	Receita Líquida.....	16
4.3.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização.....	17
4.3.3.	EBITDA e Margem EBITDA.....	19
4.3.4.	Composição do EBITDA.....	21
4.3.5.	Resultado de Equivalência Patrimonial.....	22
4.3.6.	Resultado Financeiro Líquido.....	23
4.3.7.	Impostos.....	24
4.3.8.	Lucro Líquido.....	26
4.4.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.....	27
4.5.	Endividamento.....	28
4.6.	Empreendimentos de Grande Porte em Construção.....	30
4.6.1.	Investimentos.....	31
4.6.2.	Premissas Divulgadas.....	31
4.6.3.	Status dos Projetos.....	32
4.7.	Resultado Societário (IFRS).....	36
4.7.1.	Receita Líquida.....	36
4.7.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização.....	38
4.7.3.	Resultado de Equivalência Patrimonial.....	39
4.7.4.	Resultado Financeiro Líquido.....	40
4.7.5.	Impostos.....	41
4.7.6.	Lucro Líquido.....	42
5.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	43
5.1.	Valor Residual.....	43
5.2.	Movimentação do Ativo Contratual (IFRS).....	44
5.3.	DRE 4T24.....	45
5.4.	DRE 2024.....	46
5.5.	DRE Regulatório 4T24 (Subsidiárias).....	47
5.6.	DRE Regulatório 2024 (Subsidiárias).....	48
5.7.	DRE IFRS 4T24 (Subsidiárias).....	49
5.8.	DRE IFRS 2024 (Subsidiárias).....	50
5.9.	Conciliação DRE IFRS x Regulatório.....	51
5.10.	Balanço Patrimonial.....	52
5.11.	Fluxo de Caixa Regulatório.....	53
5.12.	Fluxo de Caixa IFRS.....	54



1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2024: TAESA CELEBRA 15 ANOS EM UM ANO DE TRANSFORMAÇÃO COM FOCO EM EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado por desafios e oportunidades no cenário econômico global e nacional, impactando diretamente o setor elétrico brasileiro e impulsionando a necessidade de adaptação, eficiência e inovação. A volatilidade dos mercados, as oscilações nas taxas de juros e a crescente pressão por descarbonização aceleraram mudanças estruturais, exigindo das empresas um planejamento estratégico robusto e uma gestão disciplinada de recursos.

Nesse contexto, direcionamos o nosso foco à eficiência operacional e financeira, revisando a cadeia de valor, realizando alterações na estrutura organizacional, investindo em inovação e tecnologia.

A revisão da cadeia de valor e os macroprocessos têm como objetivo garantir o crescimento sustentável alinhado às novas demandas do setor, como, por exemplo, a priorização de iniciativas alinhadas à transição energética. Como parte desse movimento, conduzimos uma ampla revisão de processos e controles internos, reforçando práticas de governança e transparência.

A Companhia passou por uma reorganização de estrutura como fruto da revisão da Cadeia de Valor e dos macroprocessos, tendo a simplificação, transformação, inovação e agilidade como pilares para captura de eficiência e de adição de valor. Dentre as principais movimentações, destacamos a área de gestão de ativos por sua relevância em um setor regulado. Ainda sob a bandeira de Eficiência Operacional e otimização de alocação de recursos, contratamos consultoria especializada para nos apoiar na implementação de programas de efficientização de custos, o que incluiu a criação de um Centro de Serviços Compartilhados, que por meio da centralização, padronização e transformação de processos, permitirá captura de produtividade e ganhos de escala, sendo uma alavanca para o crescimento sustentável.

Como parte do movimento de inovação e automação, criamos uma gerência voltada exclusivamente para o tema, ampliando a capacidade de desenvolver soluções eficientes e sustentáveis no sentido de modernizar as operações, melhorar a segurança dos colaboradores e do sistema nacional, e impulsionar ganhos de produtividade. Outra frente iniciada, foi a implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que visa otimizar a alocação de recursos, trazendo agilidade, efetividade na proposição de soluções e segurança do nosso ambiente.

No âmbito operacional, também fizemos uma reestruturação organizacional importante visando agilidade, centralização e ganhos de sinergias entre as diversas bases de operação e manutenção da TAESA distribuídas pelo país. Nosso foco em confiabilidade e eficiência operacional resultou em um alto índice de disponibilidade de linha de 99,7% para 2024, permitindo a TAESA gerenciar de forma ágil e eficaz os desafios do setor.

A TAESA segue dedicada à execução e entrega dos seus empreendimentos em construção: Ananaí, Pitiguari, Saíra, Tangará e Juruá, além dos reforços da TSN, São Pedro, ATE e ATE III. Iniciamos um novo ciclo de investimento em 2023, desembolsando cerca de R\$ 3,1 bilhões de CapEx entre 2023 e 2024, e com a expectativa de investir mais de R\$ 2 bilhões nos próximos 3 anos para estes projetos. Vale destacar que no final do ano celebramos o início da operação de Pitiguari (parcial) e de dois reforços de Novatrans, adicionando mais de R\$ 40 milhões de RAP (ciclo RAP 2024-2025).

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024



Em setembro, a TAESA se sagrou vencedora na disputa pelo lote 3 no Leilão de Transmissão ANEEL 03/2024, uma subestação localizada na região central do estado de São Paulo. A Companhia vê o lote 3 como uma concessão estratégica, localizada em um centro de alto consumo e com previsão de crescimento na demanda de energia do país.

Como parte do nosso contínuo foco em gestão e disciplina financeira, concluímos duas debêntures, destacando-se entre as emissões como os melhores spreads este ano: a 15ª emissão de debêntures de R\$ 1,3 bilhão, que se enquadrou na lei 12.431 e com certificação verde, e a 16ª emissão de debêntures de R\$ 400 milhões, com custo em CDI abaixo da curva de captação de emissores AAA comparáveis. Além disso, mantivemos nossos ratings de crédito locais AAA pelas agências Moody's e FitchRatings ratificando nossa estratégia financeira e nossa posição entre os melhores emissores do setor.

Em 2024, a TAESA completou 15 anos de vida e uma trajetória marcada por excelência, crescimento e compromisso. A sustentabilidade está no centro da nossa estratégia de longo prazo e neste ano avançamos na implementação de práticas ESG, como por exemplo redução de emissões e resiliência climática, governança e transparência e compromisso com as comunidades locais.

O desenvolvimento de nossos colaboradores é essencial para nossa sustentabilidade e crescimento. Mantemos um compromisso inegociável com a segurança e a qualidade de vida de nossas equipes, promovendo um ambiente de trabalho seguro e inclusivo. Expandimos nossos grupos de CIPAS+A, aprimoramos o Diálogo de Segurança realizado mensalmente com todos os colaboradores e implementamos treinamentos contínuos para colaboradores e parceiros.

Em 2024, fortalecemos ações voltadas para diversidade e inclusão, iniciando um programa de Mentoria para Liderança Feminina e incentivando o desenvolvimento de potenciais sucessoras. Hoje, 48% do nosso quadro de colaboradores é formado por pessoas negras e 28% dos gestores são mulheres. Fomos certificados pelo sexto ano consecutivo pelo Great Place to Work, um reconhecimento importante de boas práticas de gestão e clima organizacional.

Nosso compromisso com a transparência e integridade se reflete em iniciativas como a adesão a Ações Coletivas Anticorrupção do Pacto Global e a intensificação de treinamentos e ações voltadas à governança corporativa.

Continuamos trabalhando com empenho e dedicação, alinhados a nossa missão de conectar o Brasil com energia segura e confiável. E encaramos 2025 com confiança em nossa capacidade de gerar valor de forma sustentável. Nosso compromisso com a inovação, eficiência e excelência operacional continuará orientando nossas decisões estratégicas, nos preparando para os desafios e oportunidades futuros do setor elétrico.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024



2. RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO

Regulatório Consolidado						
R\$ MM	4T24	4T23*	Var.%	2024*	2023*	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	659,7	649,4	1,6%	2.630,8	2.646,0	-0,6%
Parcela variável	(14,2)	(4,2)	235,7%	(46,8)	(3,6)	1214,2%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	0,7%	1,2	1,2	-3,2%
Receita operacional bruta	645,9	645,5	0,1%	2.585,1	2.643,7	-2,2%
Deduções da receita bruta	(64,9)	(61,6)	5,3%	(256,1)	(247,5)	3,5%
Receita operacional líquida	581,0	583,9	-0,5%	2.329,1	2.396,2	-2,8%
Custos e Despesas	(159,4)	(107,8)	47,9%	(457,9)	(387,0)	18,3%
EBITDA	421,6	476,1	-11,5%	1.871,2	2.009,3	-6,9%
<i>Mg. EBITDA</i>	<i>72,6%</i>	<i>81,5%</i>	<i>-9,0 pp</i>	<i>80,3%</i>	<i>83,9%</i>	<i>-3,5 pp</i>
Depreciação e amortização	(98,9)	(70,5)	40,3%	(361,4)	(332,6)	8,7%
EBIT	322,7	405,6	-20,5%	1.509,7	1.676,7	-10,0%
Resultado de equivalência patrimonial	156,9	91,6	71,2%	488,5	389,3	25,5%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(285,3)	(194,3)	46,9%	(1.000,6)	(905,4)	10,5%
Resultado antes dos impostos e contribuições	194,2	303,0	-35,9%	997,6	1.160,6	-14,0%
Imposto de renda e contribuição social	6,4	(5,6)	-	(6,1)	(89,3)	-93,1%
Lucro líquido do exercício	200,6	297,4	-32,5%	991,5	1.071,3	-7,5%

Regulatório Consolidação Proporcional						
R\$ MM	4T24	4T23*	Var.%	2024*	2023*	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	931,1	898,3	3,7%	3.672,7	3.649,5	0,6%
Parcela variável	(3,3)	(7,0)	-53,6%	(38,5)	(11,6)	231,9%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	0,7%	1,2	1,2	-3,2%
Receita operacional bruta	928,2	891,6	4,1%	3.635,4	3.639,1	-0,1%
Deduções da receita bruta	(85,6)	(80,6)	6,2%	(347,9)	(335,4)	3,7%
Receita operacional líquida	842,6	811,0	3,9%	3.287,4	3.303,7	-0,5%
Custos e Despesas	(147,3)	(153,9)	-4,3%	(502,7)	(490,5)	2,5%
EBITDA	695,3	657,1	5,8%	2.784,8	2.813,2	-1,0%
<i>Mg. EBITDA</i>	<i>82,5%</i>	<i>81,0%</i>	<i>1,5 pp</i>	<i>84,7%</i>	<i>85,2%</i>	<i>-0,4 pp</i>
Depreciação e amortização	(130,9)	(96,5)	35,7%	(472,5)	(427,4)	10,6%
EBIT	564,4	560,6	0,7%	2.312,2	2.385,8	-3,1%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(350,5)	(237,5)	47,6%	(1.224,0)	(1.114,1)	9,9%
Resultado antes dos impostos e contribuições	213,9	323,1	-33,8%	1.088,3	1.271,7	-14,4%
Imposto de renda e contribuição social	0,4	(12,1)	-	(42,2)	(145,8)	-71,1%
Amortização do Ágio TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(54,6)	(54,6)	0,0%
Lucro líquido do exercício	200,6	297,4	-32,5%	991,5	1.071,3	-7,5%

Endividamento			
R\$ MM	4T24	4T23*	Var.%
Dívida Líquida	11.133,6	10.605,0	5,0%
Dívida Líquida/EBITDA	4,0	3,7	0,3 pp

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024



Resumo das Principais Explicações (4T24 x 4T23):

TEMA	RESUMO
RAP	Aumento de 1,6% é explicado pelo reajuste inflacionário do IPCA no ciclo 2024-2025 (categoria 3), de +3,9%, e pela entrada em operação parcial dos reforços da Novatrans ao final de 2024. Este aumento foi compensando em parte pelo reajuste negativo do IGP-M no ciclo 2024-2025 da RAP (categoria 2), de -0,3%.
Parcela Variável	Aumento de R\$ 10,0 MM se deve principalmente à provisão referente a evento atípico por queda de torres na concessão ETEO em outubro de 2024, no valor de R\$ 10,5 MM, que está sendo contestado administrativamente na ANEEL por se tratar de caso fortuito e alheio à Companhia. Excluindo este evento atípico, a relação PV / RAP fica em 0,6%.
OPEX	Aumento de 47,9% no OPEX motivado por eventos não recorrentes de revisão de provisões e avaliação de estoques, provisão da PLR de 2024 e maiores contingências cíveis, compensados em parte por menores custos com serviços de terceiros e materiais. Excluindo os eventos não recorrentes, o OPEX totalizou R\$ 111,1 MM, crescendo 3,1% contra o 4T23 (abaixo da inflação).
Equivalência Patrimonial	Aumento de 71,2% é explicado por outros eventos não recorrentes, que partiu do mesmo exercício de revisão de provisões, como a reversão de provisão de PVA e multas nos empreendimentos do Grupo AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí), além do efeito macroeconômico positivo na receita e negativo nas despesas financeiras das empresas participadas.
Resultado Financeiro	Crescimento de 47,6% é resultado basicamente do maior IPCA, maior volume de dívida em CDI e menor caixa médio observado entre os trimestres, compensado em parte pela retração do CDI no mesmo período.
IR/CS	Redução de R\$ 12,0 MM se deve principalmente pela queda do lucro antes dos impostos e reconhecimento do passivo diferido em decorrência da incorporação da ATE III em 2023. Estes efeitos foram compensados em parte por menor aproveitamento dos benefícios fiscais de JCP, lucro presumido e SUDAM/SUDENE.

Resumo das Principais Explicações (2024 x 2023):

TEMA	RESUMO
RAP	A queda de 0,6% na comparação entre 2024 e 2023 se deve basicamente aos mesmos motivos do trimestre mencionados no resumo acima, além do reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2023-2024 (+10,7% em IGP-M e +11,7% em IPCA) e a contabilização em 2023 de receita complementar relativa a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) no valor total de R\$ 32,4 MM.
Parcela Variável	Aumento de R\$ 43,2 MM se deve principalmente por 2 eventos atípicos e de maior impacto em 2024 (ETEO e Janaúba) no total R\$ 23,9 MM e pela reversão de provisão de 2 eventos em 2023 (Novatrans e ATE) no total de R\$ 27,9 MM. Excluindo os eventos atípicos de 2024, a relação PV / RAP fica em 0,9%.
OPEX	Aumento de 18,3% no OPEX motivado por eventos não recorrentes de revisão de provisões e avaliação de estoques, provisão da PLR de 2024 e 2023, reajuste salarial por acordo coletivo, e despesas reembolsadas de Âmbar em 2023. Estes eventos foram compensados em parte por menores custos com serviços de terceiros e materiais e maiores vagas em aberto. Excluindo os eventos não recorrentes, o OPEX totalizou R\$ 390,6 MM, crescendo 0,9% contra 2023 (abaixo da inflação de 4,8% no ano).
Equivalência Patrimonial	Aumento de 25,5% é explicado por outros eventos não recorrentes, que partiu do mesmo exercício de revisão de provisões, como a reversão de provisão de PVA e multas nos empreendimentos do Grupo AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí), além do efeito macroeconômico positivo na receita e negativo nas despesas financeiras das empresas participadas, e da entrada em operação de Ivaí no início de 2024.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024



Resultado Financeiro	Aumento de 10,5% é resultado basicamente do maior volume de dívida e menor caixa médio observado entre os trimestres e do aumento do IPCA, compensados em parte pela retração do CDI no mesmo período.
IR/CS	Queda de R\$ 83,1 MM se deve principalmente pela redução do lucro antes dos impostos e reconhecimento do passivo diferido em decorrência da incorporação da ATE III em 2023. Estes efeitos foram compensados em parte por menor aproveitamento dos benefícios fiscais de JCP, lucro presumido e SUDAM/SUDENE, e pelo impacto do regime de lucro presumido devido à baixa de tributos diferidos em função da alteração de regime tributário da Brasnorte.

Resultado Societário (IFRS):

O resultado IFRS consta ao final deste release na seção 4.7. Para maiores detalhes sobre este resultado, acesse as demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024

Reapresentação das Demonstrações Financeiras da TAESA a partir de 1º de janeiro de 2023:

As informações financeiras comparativas estão sendo reapresentadas em virtude do ajuste da RAP de determinados projetos pela revisão tarifária periódica (Resolução Homologatória 3.343/2024), de acordo com as orientações do “CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”.

As tabelas deste relatório refletem os ajustes apresentados abaixo. Para mais detalhes sobre a reapresentação dos resultados passados, acesse a nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS TRIMESTRAIS

REGULATÓRIO

REGULATÓRIO (em R\$ MM)	4T23			2023		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Disponibilização do sistema de transmissão	658,4	(9,0)	649,4	2.683,2	(37,2)	2.646,0
Parcela variável	(4,2)	-	(4,2)	(3,6)	-	(3,6)
Outras receitas operacionais	0,3	-	0,3	1,2	-	1,2
Receita operacional bruta	654,5	(9,0)	645,5	2.680,9	(37,2)	2.643,7
Deduções da receita bruta	(62,5)	0,9	(61,6)	(251,2)	3,7	(247,5)
Receita operacional líquida	592,0	(8,1)	583,9	2.429,7	(33,5)	2.396,2
Custos e Despesas	(107,8)	-	(107,8)	(387,0)	-	(387,0)
EBITDA	484,2	(8,1)	476,1	2.042,7	(33,5)	2.009,3
Depreciação e amortização	(70,5)	-	(70,5)	(332,6)	-	(332,6)
EBIT	413,8	(8,1)	405,6	1.710,1	(33,5)	1.676,7
Resultado de equivalência patrimonial	91,6	-	91,6	389,3	-	389,3
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(196,2)	1,9	(194,3)	(903,5)	(1,9)	(905,4)
Resultado antes dos impostos e contribuições	309,2	(6,2)	303,0	1.196,0	(35,4)	1.160,6
Imposto de renda e contribuição social	(8,1)	2,5	(5,6)	(102,9)	13,6	(89,3)
Lucro líquido do exercício	301,1	(3,7)	297,4	1.093,1	(21,8)	1.071,3

IFRS

IFRS (em R\$ MM)	4T23			2023		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Remuneração do ativo contratual de concessão	286,3	(2,4)	283,9	1.131,4	(10,7)	1.120,7
Correção monetária do ativo contratual de concessão	156,3	(2,4)	153,9	207,6	10,0	217,6
Operação e manutenção	267,1	(0,3)	266,7	1.077,1	(1,4)	1.075,7
Construção e indenização	732,3	-	732,3	1.223,7	-	1.223,7
Parcela variável	(4,2)	-	(4,2)	(3,6)	-	(3,6)
Outras receitas operacionais	6,0	-	6,0	58,5	-	58,5
Receita operacional bruta	1.443,8	(5,1)	1.438,6	3.694,6	(2,0)	3.692,6
Deduções da receita bruta	(139,6)	0,6	(139,0)	(332,5)	0,8	(331,7)
Receita operacional líquida	1.304,1	(4,5)	1.299,6	3.362,1	(1,2)	3.360,9
Custos e despesas	(718,6)	-	(718,6)	(1.436,6)	-	(1.436,6)
EBITDA	585,5	(4,5)	581,0	1.925,5	(1,2)	1.924,3
Depreciação e amortização	(5,1)	-	(5,1)	(17,9)	-	(17,9)
EBIT	580,4	(4,5)	575,9	1.907,6	(1,2)	1.906,4
Resultado de equivalência patrimonial	134,0	-	134,0	427,5	-	427,5
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(196,3)	1,9	(194,4)	(903,8)	(1,9)	(905,7)
Resultado antes dos impostos e contribuições	518,1	(2,5)	515,5	1.431,3	(3,1)	1.428,1
Imposto de renda e contribuição social	(36,4)	1,3	(35,1)	(63,4)	3,0	(60,4)
Lucro líquido do exercício	481,7	(1,2)	480,4	1.367,8	(0,1)	1.367,7



3. VISÃO GERAL

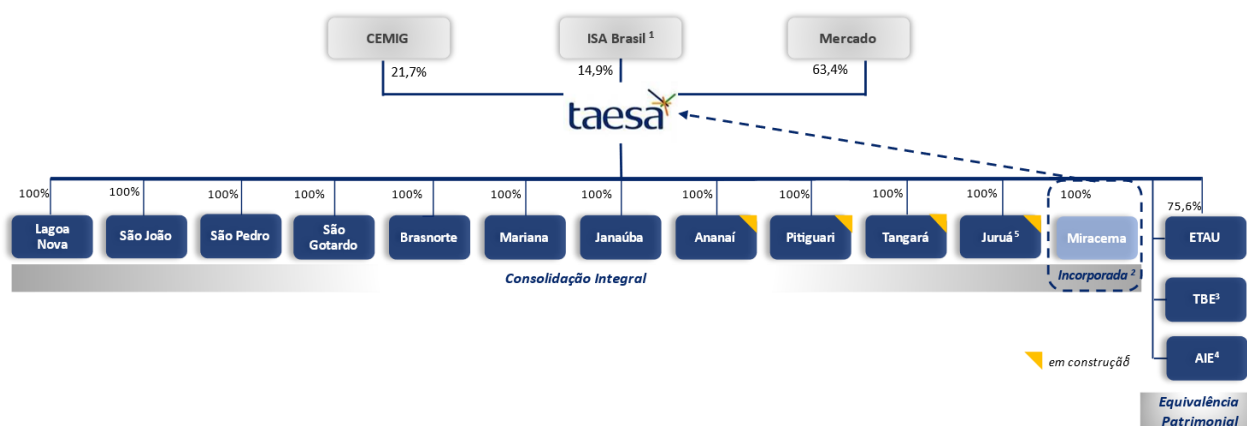
3.1. Estrutura Societária

As 44 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 14 concessões que compõem a empresa *holding* (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana, Saíra e Miracema), (ii) 11 investidas integrais (Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Janaúba, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananai, Pitiguari, Tangará e Juruá); e (iii) 19 participações (ETAU e os grupos AIE e TBE). Em 29 de dezembro de 2023, foi celebrado a incorporação das controladas ATE III, Sant'Ana e Saíra, enquanto a incorporação de Miracema foi celebrada em 30 de abril de 2024.

Atualmente, a Companhia possui 5 empreendimentos de grande porte em construção (Ananai, Pitiguari, Tangará, Saíra e Juruá) e 7 reforços de maior porte em 5 concessões (Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III).

Em 27 de setembro de 2024, a Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 3 do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2024, nomeado de Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Juruá), cujo contrato de concessão foi assinado em 9 de dezembro de 2024.

Para maiores informações de organograma, vide a página de Estrutura Societária no site de RI da Companhia: <https://ri.taesa.com.br/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

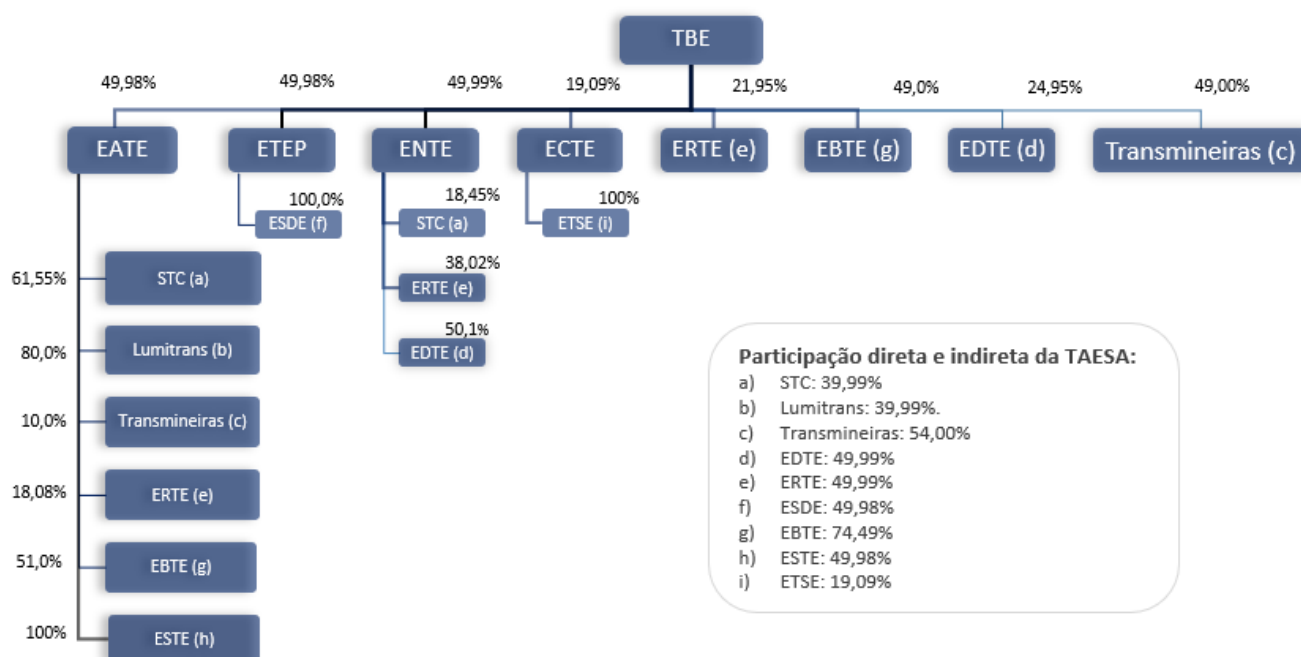
² A concessão de Miracema foi incorporada em 30/04/24.

³ Juruá – Lote 3 adquirido no Leilão ANEEL 02/2024, cujo contrato de concessão foi assinado em 09/12/2024.

⁴ Saíra foi incorporada à Taesa em 29/12/23, mas continua em construção.

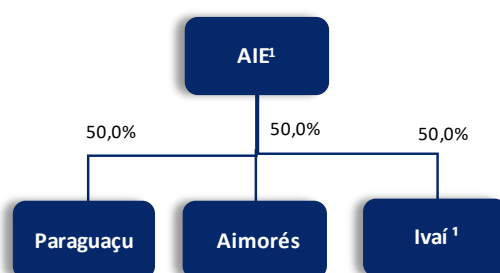


3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé, Transleste e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico com participação de 50% TAESA e 50% ISA Energia Brasil S.A.



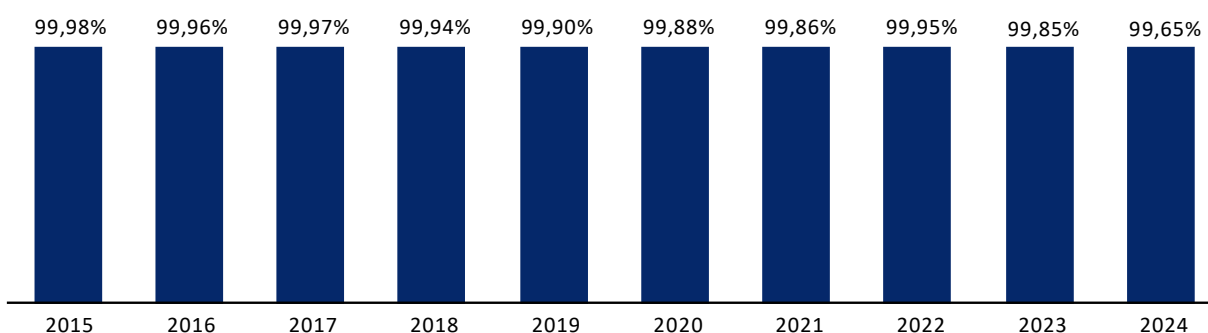
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

Índice de Disponibilidade

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.

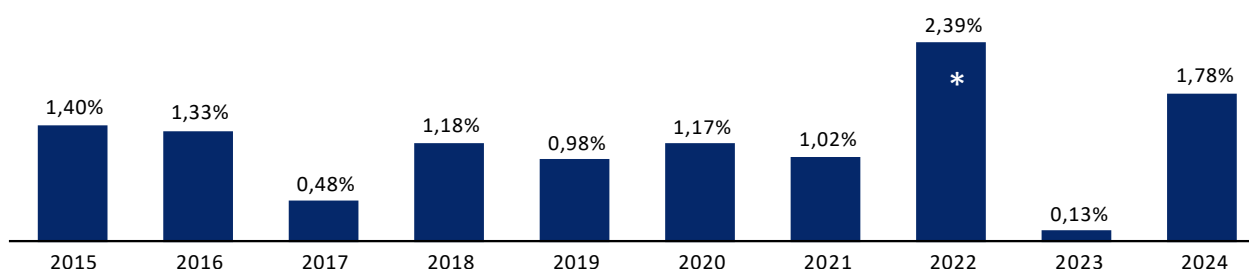
Alinhado com o alto desempenho operacional verificado ao longo dos anos, a TAESA tem apresentado um alto índice disponibilidade, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, sem considerar as suas participações (ETAU, AIE e TBE).



Parcela Variável

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, o desempenho da Companhia é melhor verificado através da análise do valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.

A PV contabilizada em 2024 foi de R\$ 46,8 MM, equivalente a 1,78% da RAP do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável do ano foram os seguintes, por ordem de relevância: (i) Janaúba: provisões pelo desligamento intempestivo, ocorrido em janeiro de 2024, da LT 500 kV Bom Jesus da Lapa 2 / Janaúba 3, provocado pela falha de um dos componentes de sustentação dos cabos em uma das torres da LT e desligamentos programados para a manutenção corretiva e preventiva relacionadas a esta ocorrência, somando um valor total de R\$ 13,4 MM; (ii) ETEO: provisão de R\$ 10,5 MM referente a queda de torre na LT 440 kV Assis/Sumaré, ocorrida em outubro de 2024, contestado administrativamente na ANEEL pela Companhia como ato de sabotagem; (iii) Sant'Ana: provisão referente ao desligamento automático da LT 230 kV Santa Maria 3 / Livramento 3 C1, ocorrido em janeiro de 2024; (iv) Novatrans: provisão referente ao desligamento automático do banco de capacitores da SE Gurupi, ocorrido em março de 2024; (v) PATESA: reversão de provisão neste trimestre por desligamento automático, ocorrido em agosto de 2024, na LT 230 kV Paraíso / Lagoa Nova II e na LT 230 kV Lagoa Nova II / Açú III; (vi) TSN: provisão pelo desligamento intempestivo, ocorrido em outubro de 2024, da LT 500 kV Serra da Mesa II / Rio das Águas para intervenção de reforços e melhorias, contestado pela Companhia e atualmente em análise pelo ONS; e (vii) Janaúba: provisão pelo desligamento automático, ocorrido em novembro de 2024, na LT 500 kV Janaúba 3 / Pirapora 2.



* PV referente ao evento de caso furtivo da queda de torres na LT 500 kV Imperatriz- Colina C2 ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao (SIN).



4.2. Ciclo da RAP 2024-2025

Em 16 de julho de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.348/2024 (“REH 3.348”) que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2024-2025, passando a valer a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, afetando, portanto, o resultado da Taesa a partir do 3T24. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de -0,34% (deflação), e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +3,93%. Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2024-2025 é de R\$ 4,1 bilhões, sendo 54,8% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2024-2025 ficou em R\$ 3,7 bilhões, em linha com o ciclo 2023-2024.

O reajuste da RAP para o ciclo 2024-2025 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) reposicionamento da RAP pela correção de valores provisórios de reforços, que afetou Novatrans, TSN, ETEO, NTE, STE, ATE I, ATE II, ATE III, EATE, ETEP, ENTE, Transirapé, ATE III, Mariana, Miracema, Brasnorte, EBTE, ESDE, ETSE e São Pedro; (ii) ATE I e São Pedro possuem reforços autorizados; e (iii) Novatrans, ETAU, ETEO, ATE III e STC sofrem redução da RAP pelo final da vida útil, conforme explicado abaixo.

A REH 3.348 também estabeleceu as Parcelas de Ajustes de Vida Útil (PA – Vida Útil) e Parcelas de Ajustes de Retroatividade (PA – Retroatividade) além das PAs de Apuração, que são publicadas a cada novo ciclo. A Companhia não registra no resultado as parcelas de ajustes advindas de antecipações de ciclos anteriores, uma vez que se tratam de compensações ou ressarcimentos em relação à receita contratada.

A PA de Vida Útil é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber esses componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil.

A PA de Retroatividade é utilizada para corrigir os valores provisórios desde o início da operação comercial até a data da revisão tarifária de projetos de reforços. Conforme estabelecido nas Regras da Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagirá à data de entrada em operação comercial da obra, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da Transmissora através da PA de Retroatividade. Essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente a partir de julho de 2024 até a próxima Revisão Periódica da Concessionária.

Para a PA de Retroatividade, a cobrança será feita em diversos ciclos tarifários, a saber: (i) 5 ciclos para Novatrans, TSN, ETEO, NTE, STE, ATE I, ATE II, ATE III, Mariana, ENTE, EATE, EBTE, São Pedro e Transirapé; (ii) 4 ciclos para Brasnorte; (iii) 3 ciclos para ETSE; (iv) 2 ciclos para Miracema; e (v) 1 ciclo para ESDE.

Os valores publicados de RAP e de PA das concessões, cujos contratos são indexados pelo IPCA, foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às concessões indexadas pelo IGP-M, uma vez que as RAPs destas últimas já vêm adicionadas de PIS/COFINS na resolução homologatória.

A tabela abaixo mostra em maiores detalhes os valores de RAP e PA dos empreendimentos em operação e construção para o ciclo 2024-2025.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024



(R\$ MM)	Ciclo 2024-2025					
	RAP			Parcela de Ajuste		
IGP-M Reajuste: -0,34%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
Novatrans ⁴	510,4	-	510,4	(24,5)	(35,4)	0,3
TSN	478,3	10,6	488,9	(21,4)	(5,6)	-
Munirah	31,5	-	31,5	(1,3)	-	-
GTESA	8,5	-	8,5	(0,4)	-	-
PATESA	26,1	-	26,1	(2,0)	0,0	-
ETAU ¹	37,8	-	37,8	(1,3)	-	4,1
ESEO	152,3	-	152,3	(6,1)	0,1	0,1
NTE	133,0	-	133,0	(5,8)	(0,2)	-
STE	74,1	-	74,1	(3,9)	0,0	-
ATE I	128,8	17,5	146,3	(5,6)	0,0	-
ATE II	201,7	-	201,7	(9,2)	0,1	-
EATE ¹	188,9	-	188,9	(7,8)	0,0	-
ESEP ¹	42,5	-	42,5	(1,8)	0,0	-
ENTE ¹	97,2	-	97,2	(4,2)	(0,0)	-
ECTE ¹	15,7	-	15,7	(0,7)	-	-
ERTE ¹	22,2	-	22,2	(0,4)	-	-
Lumitrans ¹	9,2	-	9,2	(0,4)	-	-
Transleste ¹	19,0	-	19,0	(0,8)	-	-
Transirapé ¹	24,2	-	24,2	(0,5)	0,2	-
Transudeste ¹	11,8	-	11,8	(0,5)	-	-
Subtotal	2.213,3	28,0	2.241,3	(98,8)	(40,7)	4,4
IPCA Reajuste: 3,93%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
ATE III ³	98,5	6,4	104,9	(5,0)	(0,3)	0,3
São Gotardo	7,5	-	7,5	0,0	-	-
Mariana	22,7	-	22,7	(1,0)	0,6	-
Miracema	99,0	-	99,0	(4,7)	0,3	-
Janaúba	278,2	-	278,2	(11,0)	-	-
Aimorés ¹	56,9	-	56,9	(2,4)	-	-
Paraguaçu ¹	84,9	-	84,9	2,0	-	-
Brasnorte	40,1	-	40,1	0,1	(0,3)	-
STC ¹³	14,0	-	14,0	(0,5)	-	1,8
EBTE ¹	54,9	-	54,9	(2,0)	0,0	-
ESDE ¹	9,8	-	9,8	(0,3)	0,0	-
ETSE ¹	7,1	-	7,1	(0,2)	0,2	-
ESTE ¹	80,4	-	80,4	(3,7)	-	-
Ivai ¹	206,8	-	206,8	(12,2)	-	-
EDTE ¹	49,8	-	49,8	(2,1)	-	-
Sant'Ana	88,3	-	88,3	1,1	0,0	-
São João	67,0	-	67,0	(2,8)	-	-
São Pedro	78,5	11,1	89,6	(4,1)	3,3	-
Lagoa Nova	16,8	-	16,8	(1,4)	-	-
Ananai ²	-	162,5	162,5	-	-	-
Pitiguari ^{2 5}	4,4	17,8	22,2	-	-	-
Tangará ²	-	102,8	102,8	-	-	-
Saíra ²	130,5	51,5	182,0	(8,3)	-	-
Juruá ²	-	17,8	17,8	-	-	-
Subtotal	1.496,3	369,8	1.866,2	(58,5)	3,8	2,1
Total¹	3.709,7	397,8	4.107,5	(157,2)	(36,9)	6,5

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor proporcional à participação da Taesa

² Em Construção

³ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁴ Entrada dos reforços de Novatrans entre dez-2024 e fev-2025, sendo sua RAP estimada a ser reconhecida no resultado de aproximadamente R\$ 35 MM

⁵ Energização parcial de Pitiguari em jan-2025 contabilizando uma RAP de R\$ 4,4 MM



4.3. Resultado Regulatório

4.3.1. Receita Líquida

A Receita Líquida Regulatória no 4T24 alcançou R\$ 581,0 MM, 0,5% menor que o registrado no 4T23, explicada principalmente pela maior Parcela Variável e pelo reajuste negativo do IGP-M no ciclo RAP 2024-2025 para as concessões de categoria 2. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo reajuste inflacionário do IPCA no mesmo ciclo para as concessões de categoria 3 e pela entrada em operação parcial de reforços da Novatrans.

A Receita Líquida Regulatória no 2024 somou R\$ 2.329,1 MM, apresentando uma queda anual de 2,8%.

O aumento na linha da RAP de 1,6% entre o 4T24 e o 4T23 é explicada pelo reajuste inflacionário do IPCA no mesmo ciclo (categoria 3), em +3,9%, e pela entrada em operação parcial de reforços da Novatrans entre novembro e dezembro de 2024. Este aumento foi compensando, em parte, pelo reajuste negativo do IGP-M no ciclo 2024-2025 da RAP (categoria 2), em -0,3%. A queda de 0,6% na comparação entre 2024 e 2023 se deve basicamente aos mesmos motivos mencionados acima, considerando para esta comparação ainda o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2023-2024 (+10,72% em IGP-M e +11,73% em IPCA) e a contabilização em 2023 de receita complementar relativa a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) por rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) pelo ONS de uso do sistema por uma contraparte, no valor total de R\$ 32,4 MM. É importante mencionar que o efeito líquido entre os anos 2023 e 2024 da contabilização dessas receitas complementares foi de R\$ 24,5 MM, uma vez que em 2024 também foi contabilizada receita complementar de EUST no valor de R\$ 7,9 MM (1T24).

A Parcela Variável (PV) apresentou um aumento de R\$ 10,0 MM na comparação entre os trimestres em função principalmente da provisão de R\$ 10,5 MM referente a queda de torre na LT 440 kV Assis/Sumaré, na concessão ETEO, ocorrida em outubro de 2024, que foi contestado administrativamente na ANEEL pela Companhia como ato de sabotagem. O aumento de R\$ 43,2 MM na comparação entre 2024 e 2023 foi em função do evento da ETEO acima mencionado além dos seguintes eventos: (i) Janaúba: provisões pelo desligamento intempestivo, ocorrido em janeiro de 2024, da LT 500 kV Bom Jesus da Lapa 2 / Janaúba 3, provocado pela falha de um dos componentes de sustentação dos cabos em uma das torres da LT e desligamentos programados para a manutenção corretiva e preventiva relacionadas a esta ocorrência, no valor total de R\$ 13,4 MM; (ii) ATE: reversão de provisão de R\$ 15,1 MM contabilizada no 2T23, motivada por deferimento de liminar de suspensão da cobrança da parcela variável, referente a queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP ocorrida em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo; e (iii) Novatrans: reversão de provisão de R\$ 12,8 MM contabilizada no 1T23, motivada pela queda de torres na LT 500 kV Imperatriz-Colina C2 ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao Sistema Interligado Nacional, portanto, externo e alheio ao controle da Companhia.

O aumento nas deduções da receita de 5,3% na comparação entre os trimestres se deve, principalmente, pelo aumento dos encargos setoriais e PIS/COFINS corrente em função da mudança de regime tributário de lucro presumido para lucro real das concessões de Sant'Ana e Saíra decorrente da incorporação. Na comparação entre 2024 e 2023, a variação se refere aos motivos elencados acima, parcialmente compensados pelo aumento da Parcela Variável no ano.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024



Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T24	4T23*	Var.%	2024*	2023*	Var.%
RAP Concessionárias	659,7	649,4	1,6%	2.630,8	2.646,0	-0,6%
Parcela Variável	(14,2)	(4,2)	235,7%	(46,8)	(3,6)	1214,2%
Receita do Serviço	645,6	645,2	0,1%	2.583,9	2.642,5	-2,2%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	0,7%	1,2	1,2	-3,2%
Receita operacional bruta	645,9	645,5	0,1%	2.585,1	2.643,7	-2,2%
PIS e COFINS	(38,6)	(34,6)	11,6%	(149,6)	(144,1)	3,8%
ISS	(0,1)	(0,1)	-30,2%	(0,3)	(0,5)	-26,3%
ICMS	(0,0)	(0,0)	-96,5%	(0,1)	(0,2)	-49,4%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,2)	(26,9)	-2,6%	(106,0)	(102,7)	3,2%
Total Deduções	(64,9)	(61,6)	5,3%	(256,1)	(247,5)	3,5%
Receita operacional líquida	581,0	583,9	-0,5%	2.329,1	2.396,2	-2,8%

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

4.3.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 258,3 MM no 4T24, 44,9% maior quando comparado ao 4T23. Os custos de PMSO somaram R\$ 159,4 MM, registrando um aumento de 47,9% quando comparado ao 4T23.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização em 2024 alcançaram R\$ 819,3 MM, 13,9% maior na comparação anual. No 2024, os custos de PMSO somaram R\$ 457,9 MM, registrando um aumento de 18,3%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T24	4T23	Var.%	2024	2023	Var.%
Pessoal	(69,3)	(62,4)	11,1%	(261,8)	(241,1)	8,6%
Material	(1,6)	(4,9)	-67,9%	(7,4)	(19,3)	-61,5%
Serviço de terceiros	(30,8)	(33,0)	-6,9%	(104,3)	(126,3)	-17,5%
Outros	(57,8)	(7,4)	676,1%	(84,4)	(0,2)	38140,2%
Total	(159,4)	(107,8)	47,9%	(457,9)	(387,0)	18,3%
Depreciação e amortização	(98,9)	(70,5)	40,3%	(361,4)	(332,6)	8,7%
Total	(258,3)	(178,2)	44,9%	(819,3)	(719,6)	13,9%

- **Pessoal:**

O aumento de 11,1% na comparação entre os trimestres é explicado, principalmente, pelo (i) efeito do provisionamento da PLR de 2024, no valor de R\$ 6,8 MM, (ii) reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 2024 em +3,9% (IPCA), e (iii) aumento de quadro, que foram compensados por vagas atualmente em aberto.

No ano, o aumento de 8,6% se refere aos motivos elencados acima, além do (i) acordo coletivo de 2023, (ii) efeito do pagamento da PLR de 2023 acima da provisão estimada no 1T24, (iii) custos de pessoal com os projetos em construção (Ananai, Tangará e Pitiguari) que não são capitalizados, e (iv) despesas não-recorrentes de verbas rescisórias no total de R\$ 1,7 MM no 1T24.

Desconsiderando os eventos não recorrentes destacados acima, os custos e despesas de Pessoal ficam em R\$ 62,5 MM no trimestre e R\$ 253,3 MM no ano, registrando um crescimento de 0,2% e 5,0%, respectivamente, contra os mesmos períodos de 2023.



- **Material:**

A redução anual de R\$ 3,3 MM entre os períodos comparados se deve, principalmente, por menores custos de material de O&M nas concessões ATE III e Saíra.

A redução de R\$ 11,9 MM entre 2024 e 2023 é explicado principalmente por (i) custos de material (R\$ 8,3 MM) em São João e São Pedro no 3T23, relativos a pendências negociadas no contrato de compra e venda, que foram indenizadas por recebimentos na TAESA via conta garantia constituída na aquisição destas empresas, e (ii) menores custos com O&M nas concessões ATE III e Saíra, compensado em parte por um aumento de custos com manutenção de veículos.

- **Serviços de Terceiros:**

A redução de 6,9% na comparação entre o 4T24 e o 4T23 foi influenciada, principalmente, por (i) menores gastos com consultorias técnicas e de projetos; (ii) menores custos com limpeza e conservação, (iii) menores despesas com serviços de manutenção e (iv) menores custos com serviços de vigilância. Estes efeitos foram parcialmente compensados por maiores custos com limpeza de faixa de servidão.

A redução de 17,5% entre 2024 e 2023 foi em função, principalmente, de menores despesas com serviços de consultoria técnicas e de projetos e menores gastos com consultores, além dos custos de serviços contabilizados em 2023 (R\$ 18,6 MM) e 2024 (R\$ 4,1 MM) nas concessões São João e São Pedro relativos ao contrato de compra e venda, que foram indenizados por recebimentos na TAESA via conta garantia constituída na aquisição destas empresas. Estes efeitos foram compensados por maiores gastos com limpeza de faixa de servidão e limpeza e conservação.

Desconsiderando os eventos não recorrentes destacados acima, os custos e despesas com Serviços de Terceiros ficam em R\$ 100,1 MM no ano, uma redução de 7,1% na comparação com 2023.

- **Outros:**

O aumento de R\$ 50,3 MM no 4T24 se deve principalmente a (i) provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) por rescisão dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) no valor de R\$ 43,9 MM, (ii) maiores provisões para contingências cíveis, e (iii) ajuste não recorrente de R\$ 5,7 MM relativo à baixa de inventário de materiais. Estes efeitos foram compensados em parte pela (i) reversão da baixa de ativos registrada no 1T24, no valor de R\$ 5,6 MM, em função do Termo de Transferência Não Onerosa (TTNO) de Sant'Ana para STE previsto no edital do leilão, e (ii) outros ajustes contábeis não recorrentes no total de R\$ 2,5 MM.

O aumento de R\$ 84,2 MM entre 2024 e 2023 se deve aos motivos elencados acima, além do (i) recebimento de indenizações em 2023 na TAESA, no valor de R\$ 26,9 MM, via conta garantia constituída na aquisição das concessões de São João e São Pedro, (ii) ajuste não recorrente no 3T24 de R\$ 7,5 MM relativo à baixa de inventário de materiais, (iii) baixa de ativos no 1T24 de R\$ 5,6 MM do TTNO mencionado acima, e (iv) reversão de provisões registradas em 2023 referente a contingências fiscais.

Desconsiderando os eventos não recorrentes destacados acima, os outros custos e despesas operacionais ficam em R\$ 16,2 MM no trimestre e R\$ 29,7 MM no ano, registrando um crescimento de R\$ 8,8 MM e de R\$ 2,6 MM, respectivamente, contra os mesmos períodos de 2023.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024

Segue tabela abaixo com os custos e despesas recorrentes:

Custos e Despesas Recorrentes - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T24	4T23	Var.%	2024	2023	Var.%
Pessoal	(62,5)	(62,4)	0,2%	(253,3)	(241,1)	5,0%
Material	(1,6)	(4,9)	-67,9%	(7,4)	(11,0)	-32,3%
Serviço de terceiros	(30,8)	(33,0)	-6,9%	(100,1)	(107,7)	-7,1%
Outros	(16,2)	(7,4)	118,2%	(29,7)	(27,2)	9,4%
Total	(111,1)	(107,8)	3,1%	(390,6)	(387,0)	0,9%

O aumento anual de 40,3% na linha de depreciação e amortização refere-se, à (i) diferença na depreciação de Saíra uma vez que os valores depreciados desta concessão nos trimestres anteriores ao 4T23 haviam sido estimados; e (ii) unitização retroativa de ativos no valor de R\$ 14,9 MM. Já o aumento de 8,7% entre 2024 e 2023 é explicado basicamente pelo início de operação da concessão Saíra (1ª fase) e das fases finais de Sant'Ana, aumento na depreciação da frota própria de veículos da Companhia, e unitização retroativa de ativos conforme mencionado acima.

4.3.3. EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA Regulatório do 4T24 atingiu R\$ 421,6 MM, 11,5% menor que o registrado no 4T23, e a margem EBITDA atingiu 72,6% (-9,0pp versus 4T23). O desempenho no EBITDA e margem EBITDA é explicado pelo aumento da Parcela Variável decorrente de um evento atípico na ETEO, e os eventos não recorrentes de revisão de provisões e avaliação de estoques que afetaram a linha de custos e despesas, conforme mencionados mais acima. Estes efeitos foram compensados parcialmente pelo reajuste inflacionário do IPCA no mesmo ciclo (+3,9%) para os contratos de categoria 3, e pela entrada em operação parcial de reforços da Novatrans ao fim de 2024.

A queda de 6,9% entre 2024 e 2023 se deve aos motivos elencados acima, ao evento atípico de PV em Janaúba no 1T24, às reversões de dois eventos de PV em 2023 (Novatrans e ATE), e à receita complementar contabilizada em 2023 e 2024 relativa a EUST, cujo efeito líquido entre os anos foi de R\$ 24,5 MM.

Desconsiderando os eventos não-recorrentes dos períodos comparados e os eventos/reversões atípicos de PV destacados antes, o EBITDA ficaria em R\$ 480,0 MM, 0,8% maior que o EBITDA ajustado do 4T23 (R\$ 476,1 MM) e a margem EBITDA seria de 81,2% (-0,3pp versus 4T23). Para 2024, desconsiderando os eventos não-recorrentes, o EBITDA ficaria em R\$ 1.953,2 MM, -0,2% menor que o EBITDA ajustado de 2023 e a margem EBITDA seria de 83,3% (-0,2pp versus 2023).

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	4T24	4T23*	Var.%	2024*	2023*	Var.%
Receita líquida	581,0	583,9	-0,5%	2.329,1	2.396,2	-2,8%
Custos e despesas	(159,4)	(107,8)	47,9%	(457,9)	(387,0)	18,3%
EBITDA	421,6	476,1	-11,5%	1.871,2	2.009,3	-6,9%
Margem EBITDA	72,6%	81,5%	-9,0 pp	80,3%	83,9%	-3,5 pp

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Ajustes mencionados

R\$ MM	4T24	4T23	2024	2023
RAP	-	-	7,9	32,4
Parcela Variável	(10,5)	-	(23,9)	24,7
Custos e despesas	(48,3)	-	(67,3)	0,0

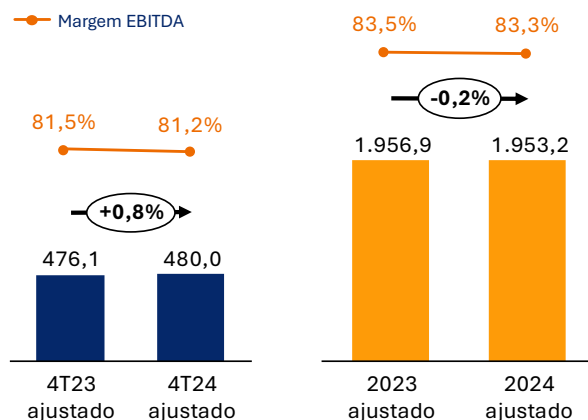
Resultados do 4º trimestre e ano de 2024



EBITDA Regulatório ajustado (Consolidado)⁽¹⁾

R\$ MM	4T24	4T23*	Var.%	2024*	2023*	Var.%
Receita líquida	591,1	583,9	1,2%	2.343,8	2.343,9	0,0%
Custos e despesas	(111,1)	(107,8)	3,1%	(390,6)	(387,0)	0,9%
EBITDA	480,0	476,1	0,8%	1.953,2	1.956,9	-0,2%
Margem EBITDA	81,2%	81,5%	-0,3 pp	83,3%	83,5%	-0,2 pp

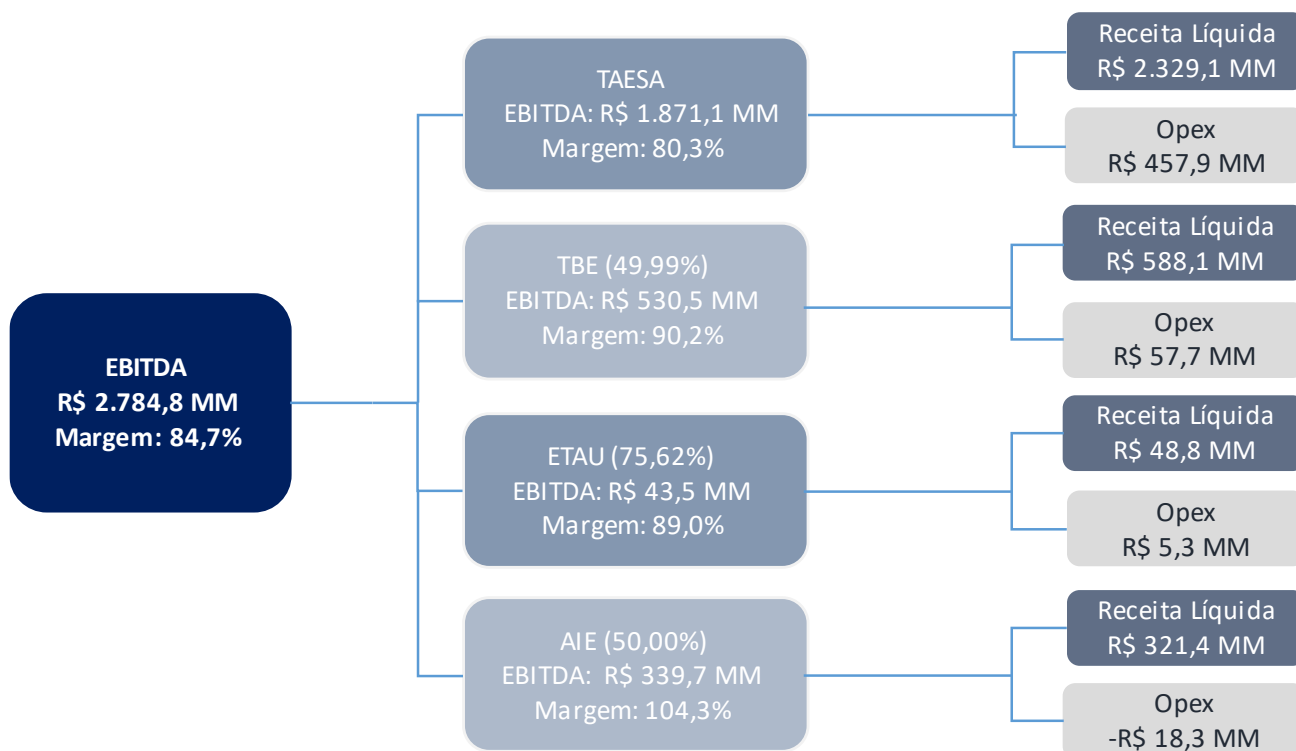
(1) A receita líquida ajustada exclui os ajustes mencionados acima referente a receita (RAP e PV) com os seus respectivos impactos na linha de deduções da receita.





4.3.4. Composição do EBITDA

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no ano de 2024 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE).





4.3.5. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T24 totalizou R\$ 156,9 MM, 71,2% maior que o registrado no 4T23. Já no ano de 2024, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 488,5 MM, 25,5% maior que o registrado no 2023.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

R\$ MM	4T24	4T23	Var.%	2024	2023	Var.%
ETAU	14,9	7,5	97,9%	53,1	32,0	66,0%
TBE	79,5	80,4	-1,2%	319,7	312,6	2,3%
Aimorés	17,2	9,5	81,9%	45,7	35,8	27,7%
Paraguaçu	31,3	13,9	124,9%	73,6	53,3	38,2%
Ivaí	27,6	(6,0)	-	51,0	10,3	394,8%
Resultado das Controladas	170,6	105,3	62,0%	543,1	443,9	22,3%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(54,6)	(54,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	156,9	91,6	71,2%	488,5	389,3	25,5%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T24 apresentou um aumento de 71,2% na comparação com 4T23, explicado por (i) reversão de provisão de multa por atraso na entrada em operação de Ivaí, que havia sido provisionada no 4T23 (montante de R\$ 24,6 MM impactando outras despesas operacionais positivamente no 4T24 e negativamente no 4T23), (ii) reversão de provisão de multas e parcela variável por atraso (PVA) na entrada em operação de Aimorés e Paraguaçu (R\$ 11,9 MM na receita e R\$ 12,9 MM nos custos e despesas operacionais), (iii) variação monetária por reconhecimento de receita retroativa na ETAU no montante de R\$ 10,6 MM, (iv) entrada em operação total de Ivaí no início de 2024, e (v) reajuste inflacionário do IPCA (+3,9%) no ciclo da RAP 2024-2025 para as concessões de categoria 3. Estes efeitos foram compensados, em parte, por (i) aumento do IPCA impactando as despesas financeiras, majoritariamente em Ivaí e TBE, e (ii) aumento da depreciação pela entrada em operação de Ivaí a partir de janeiro de 2024. O aumento de 25,5% entre 2024 e 2023 é explicado principalmente pelos motivos elencados acima, além de uma menor PV na TBE decorrente de eventos na EATE e ENTE em 2023, compensados parcialmente pelo reajuste inflacionário nos ciclos da RAP 2023-2024 e 2024-2025.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.



4.3.6. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 285,3 MM, 46,8% maior que o registrado no 4T23. No ano de 2024, a despesa financeira líquida regulatória fechou em R\$ 1.000,6 MM, 10,5% maior que o registrado no mesmo período de 2023.

Resultado Financeiro Regulatório

R\$ MM	4T24	4T23*	Var.%	2024*	2023*	Var.%
Receitas Financeiras	24,6	34,6	-48,8%	103,1	147,2	-29,9%
Renda de aplicação financeira	19,4	37,9	-48,8%	91,3	139,2	-34,5%
Outras receitas financeiras	5,2	(3,3)	n/a	11,9	7,9	49,6%
Despesas Financeiras	(310,0)	(228,9)	35,4%	(1.103,8)	(1.052,6)	4,8%
Juros incorridos	(191,3)	(180,5)	6,0%	(767,0)	(759,2)	1,0%
Variações monetárias e cambiais	(84,4)	(44,5)	89,8%	(281,0)	(251,2)	11,9%
Outras despesas/receitas financeiras	(34,3)	(4,0)	761,8%	(55,8)	(42,1)	32,5%
Total Regulatório	(285,3)	(194,4)	46,8%	(1.000,6)	(905,4)	10,5%

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A queda anual de R\$ 10,0 MM nas Receitas Financeiras ocorreu em função do menor volume médio de caixa aplicado entre os trimestres comparados e da contração do CDI (+2,63% no 4T24 versus +2,83% no 4T23) impactando a renda de aplicação financeira, além da variação positiva referente ao ajuste da PA de revisão de reforços autorizados e atualização de depósitos judiciais em outras receitas financeiras. No ano, a redução de 29,9% em relação a 2023 foi motivada principalmente pelo menor volume médio de caixa aplicado entre os anos comparados e da contração do CDI (+10,8% em 2024 versus +13,0% em 2023), em função do pré-pagamento da 13ª emissão de debêntures, pagamento do serviço da dívida e de proventos. Estes efeitos foram compensados em parte pela (i) captação da 15ª e 16ª emissões de debêntures, (ii) recebimento de proventos das subsidiárias, (iii) variação positiva referente ao ajuste da PA de revisão de reforços autorizados, e (iv) atualização de depósitos judiciais.

O aumento de 6,0% entre o 4T24 e o 4T23 na linha de juros incorridos se deve, principalmente, ao aumento do volume médio de dívida indexada a CDI, apesar da contração do índice e do menor volume médio de dívida indexada ao IPCA. O aumento de 1,0% entre 2024 e 2023 nesta linha é explicado pelo aumento do volume médio da dívida em função das captações (14ª, 15ª e 16ª emissões de debêntures), apesar da contração do CDI.

O aumento anual de R\$ 39,9 MM na linha de variações monetárias e cambiais é explicado pelo aumento do IPCA registrado entre os trimestres (+1,48% no 4T24 versus +1,08% no 4T23), compensado pelo menor volume médio da dívida indexada à inflação. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto do instrumento financeiro de proteção cambial (*Non-Deliverable Forward* - NDF) na compra de equipamentos em moeda estrangeira em Saira e Juruá. O aumento de R\$ 29,8 MM nesta linha na comparação entre 2024 e 2023 é explicado principalmente pelo maior volume médio de dívida e o aumento do IPCA no período (+4,83% em 2024 versus 4,62% em 2023), parcialmente compensado pelo impacto do instrumento financeiro de proteção cambial (*Non-Deliverable Forward* – NDF).

A linha de outras despesas financeiras apresentou um aumento de R\$ 30,3 MM na comparação entre os trimestres explicada, basicamente, pela (i) variação monetária líquida de ativos e passivos regulatórios, (ii) PIS/COFINS sobre os valores recebidos das empresas Janaúba, Ivaí, Aimorés e Paraguaçu, e (iii) maiores provisões de contingências. Estes efeitos foram parcialmente compensados por atualizações de créditos tributários pela taxa Selic e correção monetária dos depósitos judiciais. O aumento de R\$ 13,7 MM entre 2024 e 2023 foi resultado dos eventos mencionados acima, além de maiores despesas bancárias, parcialmente compensados por menores despesas com IOF.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024



4.3.7. Impostos

A redução anual de R\$ 12,0 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social no Regulatório reconhecido no resultado, entre o 4T24 e o 4T23, é explicada principalmente por (i) queda do lucro antes dos impostos, conforme explicado acima e (ii) reconhecimento do passivo diferido em decorrência da incorporação da ATE III em 2023. Estes efeitos foram compensados, em parte, por (i) menor aproveitamento do benefício tributário sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuído entre os trimestres comparados, (ii) menor aproveitamento do benefício de incentivo fiscal da Miracema, após incorporação, devido ao prejuízo fiscal registrado no período, e (iii) menor impacto do regime de lucro presumido motivado pela mudança do regime fiscal de Saíra e Sant'Ana para lucro real em 2024.

A redução de R\$ 83,1 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social no Regulatório reconhecido no resultado, entre o 2024 e o 2023 é explicada basicamente pelos motivos apresentados acima compensados em parte pelo impacto do regime de lucro presumido devido à baixa de tributos diferidos em função da alteração de regime tributário da Brasnorte.

Vale destacar a alíquota efetiva de IRCS abaixo de 5% em 2024 na visão do acumulado do ano. Além da combinação de benefícios fiscais destacados na tabela abaixo, é importante mencionar a eficiência tributária alcançada com as incorporações de quatro empresas entre 2023 e 2024 (Saíra, Sant'Ana, ATE III e Miracema) que totalizaram R\$ 26,0 MM em 2024.

R\$ MM	Regulatório					
	4T24	4T23*	Var.%	2024*	2023*	Var.%
Conciliação Imposto						
Lucro antes dos impostos (EBT)	194,2	303,0	-35,9%	997,6	1.160,6	-14,0%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(156,9)	(91,6)	71,2%	(488,5)	(389,3)	25,5%
Base excluindo EP	37,3	211,4	-82,3%	509,1	771,3	-34,0%
Dedução - JCP distribuído	(59,7)	(200,5)	-70,2%	(322,8)	(416,7)	-22,5%
Lucro Tributável	(22,4)	10,9	-	186,3	354,5	-47,5%
IRCS (alíquota 34%)	7,6	(3,7)	-	(63,3)	(120,5)	-47,5%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	1,0	16,5	-93,7%	36,1	29,0	24,5%
Benefício SUDAM/SUDENE	(2,2)	24,0	-	21,4	40,9	-47,7%
Outros	(0,0)	(42,4)	-100,0%	(0,3)	(38,6)	-99,2%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	6,4	(5,6)	-	(6,1)	(89,3)	-93,1%
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	-17,1%	2,7%	-19,8 pp	1,2%	11,6%	-10,4 pp

Alíquota de tributação, partindo Base ex-EP	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Deduções e benefícios fiscais	-51,1%	-31,3%	-32,8%	-22,4%
JCP	-54,4%	-32,3%	-21,6%	-18,4%
Lucro Presumido	-2,8%	-7,8%	-7,1%	-3,8%
SUDAM/SUDENE	6,0%	-11,4%	-4,2%	-5,3%
Outros	0,0%	20,1%	0,1%	5,0%
Alíquota Efetiva	-17,1%	2,7%	1,2%	11,6%

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024

A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas concessões que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN *	"Real"	"Sudene"	76%	2031	0,65%	3,00%
Munirah*	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
GTESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
PATESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
NVT *	"Real"	"Sudam"	76%	2033	0,65%	3,00%
ETEO *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene/Sudam"	100%	2031/2032	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
Saíra	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
BRASNORTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananaí	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Tangará	"Presumido"	-	-	(1)	0,65%	3,00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2033	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2031	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	38%	2032	1,65%	7,60%
Ivaí	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

*Empresas que apuram PIS/COFINS tanto pelo Regime Cumulativo (RAP) quanto pelo Regime não Cumulativo (novas receitas).

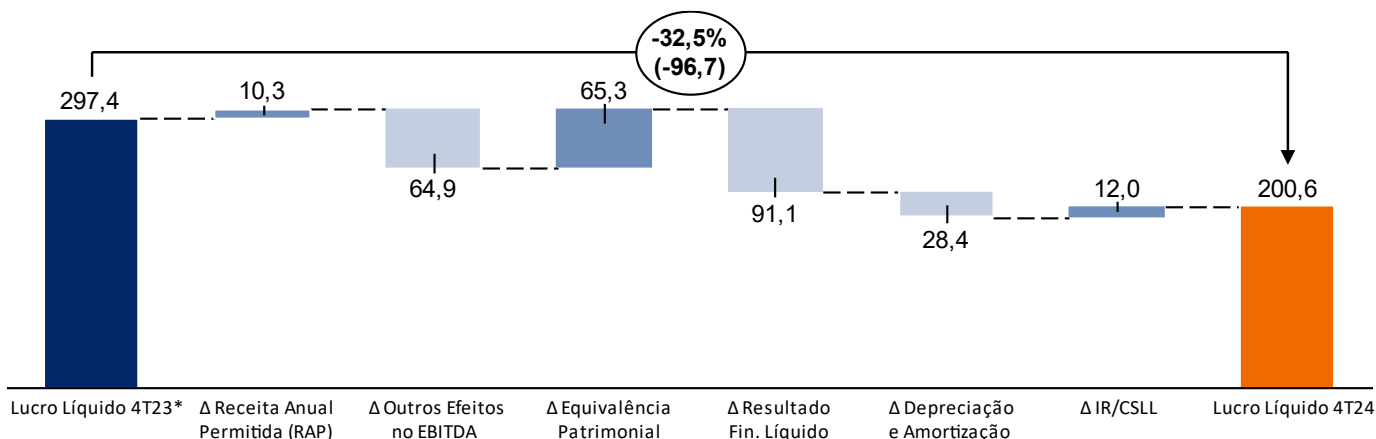
(1) A obtenção do benefício ocorrerá junto a entrada em operação do projeto, quando o prazo do benefício também será determinado.



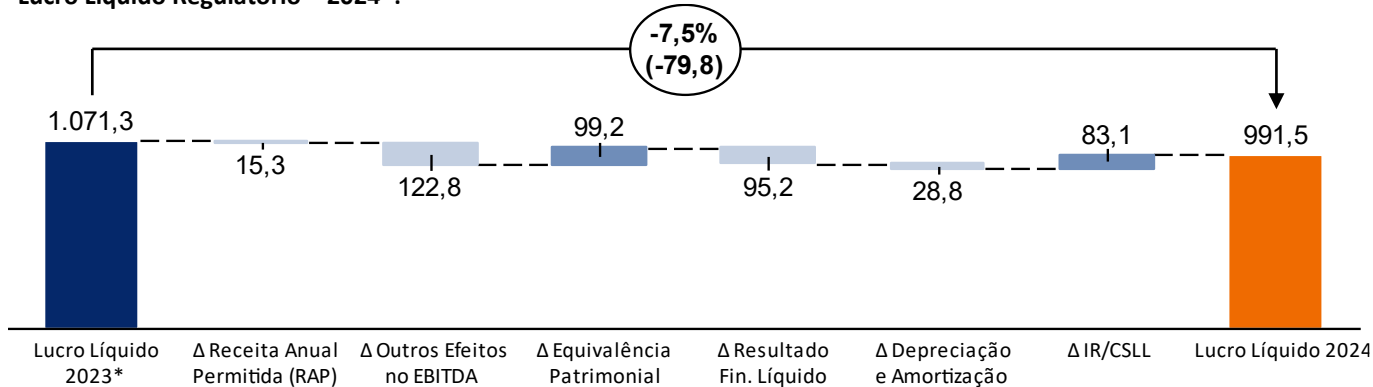
4.3.8. Lucro Líquido

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 200,6 MM no 4T24, apresentando uma queda anual de 32,5%. Já no 2024, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 991,5 MM, 7,5% menor que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 4T24:



Lucro Líquido Regulatório – 2024*:



* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.



4.4. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 29 de abril de 2024, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2023, dos quais: (i) R\$ 1,4 MM compensados da reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$ 232,9 MM destinados para reserva de lucros a realizar, referente à adoção do CPC 47; (iii) R\$ 746,0 MM em proventos já pagos entre 2023 e início de 2024, sendo R\$ 329,3 MM em dividendos intercalares e R\$ 416,7 MM em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 390,3 MM (R\$ 1,13 / Unit) em dividendos adicionais pagos no dia 16 de maio de 2024 com base na posição acionária de 3 de maio de 2024. Com isso, o montante total de proventos distribuídos sobre o resultado de 2023 foi de R\$ 1,1 bilhão, registrando um *payout* de 83% sobre o lucro líquido societário (ou 100% do lucro líquido IFRS excluindo os efeitos do CPC 47) e de 104% do lucro líquido regulatório.

Em 8 de maio de 2024, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado levantado em 31 de março de 2024, no montante de R\$ 144,9 MM (R\$ 0,42 / Unit) a título de JCP. Este montante equivale a 75% do lucro líquido regulatório apurado no primeiro trimestre de 2024. O pagamento ocorreu no dia 27 de junho de 2024, a partir da data base de 13 de maio de 2024.

Em 7 de agosto de 2024, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado levantado em 30 de junho de 2024, no montante de R\$ 223,3 MM (R\$ 0,65 / Unit), sendo R\$ 118,2 MM a título de JCP e R\$ 105,1 MM em dividendos intercalares. Este montante equivale a 76% do lucro líquido regulatório apurado no segundo trimestre de 2024. O pagamento ocorrerá no dia 27 de novembro de 2024, a partir da data base de 15 de agosto de 2024.

Em 6 de novembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado levantado em 30 de setembro de 2024, no montante de R\$ 230,5 MM (R\$ 0,67 / Unit), sendo R\$ 137,8 MM a título de JCP e R\$ 92,7 MM em dividendos intercalares. Este montante equivale a 75% do lucro líquido regulatório apurado no terceiro trimestre de 2024. O pagamento ocorrerá no dia 29 de janeiro de 2025, a partir da data base de 11 de novembro de 2024.

Na data de hoje, o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação do lucro do exercício de 2024, que será submetida a aprovação em Assembleia de Acionistas, da seguinte forma: (i) R\$ 783,5 MM para reserva de lucros a realizar; (iii) R\$ 598,6 MM em proventos pagos ao longo de 2024 e início de 2025, sendo R\$ 197,8 MM em dividendos intercalares e R\$ 400,9 MM em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 301,5 MM (R\$ 0,88 / Unit) em dividendos mínimos obrigatórios remanescentes a serem pagos em duas parcelas: (i) R\$ 190,6 MM (R\$ 0,55 / Unit) em 28 de maio de 2025, e (ii) R\$ 110,9 MM (R\$ 0,32 / Unit) em 27 de novembro de 2025. A TAESA convocará a Assembleia de Acionistas para aprovar os resultados do exercício social de 2024 e a sua proposta de destinação. Caso seja aprovada em Assembleia, o total de dividendos e JCP distribuídos referente ao exercício social de 2024 será de R\$ 900,1 MM (R\$ 2,61 / Unit), representando um *payout* de 90,8% do lucro líquido Regulatório.



4.5. Endividamento

No 4T24, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 9.814,2 MM, 4,0% menor que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 756,7 MM, registrando uma queda de 30,9% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 9.057,5 MM, 0,7% menor que o 3T24.

R\$ MM					
Dívida Líquida	4T24	% Dív Bruta	3T24	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	1.408,9	14,4%	1.386,7	13,6%	1,6%
Cesta de Moedas	(7,7)	-0,1%	-	0,0%	-
CDI	768,9	7,8%	376,0	3,7%	104,5%
IPCA	643,4	6,6%	1.009,8	9,9%	-36,3%
IGP-M	4,3	0,0%	2,3	0,0%	89,5%
Longo Prazo	8.405,3	85,6%	8.833,4	86,4%	-4,8%
Cesta de Moedas	(6,2)	-0,1%	-	0,0%	-
CDI	2.916,9	29,7%	2.882,3	28,2%	1,2%
IPCA	5.179,8	52,8%	5.657,4	55,4%	-8,4%
IGP-M	314,8	3,2%	297,5	3,0%	5,8%
Endividamento Total	9.814,2	100,0%	10.220,1	100,0%	-4,0%
(-) Caixa e Aplicações*	(756,7)		(1.095,5)		-30,9%
(=) Dívida Líquida	9.057,5		9.124,6		-0,7%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

A redução de 30,9% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pelo pagamento no valor de aproximadamente (i) R\$ 549 MM em juros e amortização referente a 6ª, 8ª, 10ª, e 12ª emissões de debêntures da TAESA e a 2ª emissão de debênture de Janaúba, (ii) R\$ 351 MM em Capex no trimestre, e (iii) em R\$ 223 MM em proventos pagos em novembro de 2024. Esses efeitos foram compensados, em parte, pela geração de caixa operacional e recebimento de dividendos das empresas participadas.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 12.212,6 MM e o caixa de R\$ 1.078,9 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.255,5 MM e caixa/aplicações de R\$ 185,1 MM; (ii) caixa/aplicações da ETAU de R\$ 10,9 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.142,9 MM e caixa/aplicações de R\$ 126,3 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 4,0x no 4T24, em linha com o valor registrado no 3T24 (4,0x).

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	9.814,2	756,7	9.057,5
ETAU (75,6%)	0,0	10,9	-10,9
TBE (49,99%)	1.255,5	185,1	1.070,4
AIE (50%)	1.142,9	126,3	1.016,6
TOTAL	12.212,6	1.078,9	11.133,6

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	5ª Debêntures	IPCA	368.544	10.121	IPCA + 5,9526%	AAA.br	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	443.127	11.638	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	275.812	1.747	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Semestral	2
	7ª Debêntures	IPCA	667.898	175.588	IPCA + 4,50%	AAA.br	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	376.508	722	IPCA + 4,7742%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	10ª Debêntures	CDI	646.508	9.514	CDI + 1,70%	AAA(bra)	Mai/2028	Bullet	1
	10ª Debêntures	IPCA	120.781	667	IPCA + 4,7605%	AAA(bra)	Mai/2036	Anual	1
	11ª Debêntures	CDI	74.711	4.122	CDI + 1,18%	AAA(bra)	Mai/2025	Semestral	2
	11ª Debêntures	CDI	649.711	36.295	CDI + 1,36%	AAA(bra)	Mai/2027	Semestral	2
	12ª Debêntures	IPCA	688.922	7.926	IPCA + 5,60%	AAA.br	Abr/2029	Bullet	1
	12ª Debêntures	IPCA	321.780	3.874	IPCA + 5,75% a.a.	AAA.br	Abr/2032	Anual	1
	12ª Debêntures	IPCA	342.225	4.181	IPCA + 5,85%	AAA.br	Abr/2037	Anual	1
	14ª Debêntures	IPCA	335.103	5.782	IPCA + 5,8741%	AAA(bra)	Set/2033	Bullet	1
	14ª Debêntures	IPCA	79.544	1.570	IPCA + 6,0653%	AAA(bra)	Set/2035	Bullet	1
	14ª Debêntures	IPCA	396.534	7.257	IPCA + 6,2709%	AAA(bra)	Set/2038	Anual	1
	15ª Debêntures	CDI	992.868	32.684	CDI + 0,63%	AAA(bra)	Mai/2028	Bullet	1
	15ª Debêntures	IGP-M	313.739	5.323	IGP-M + 5,8438%	AAA(bra)	Mai/2034	Anual	1
	16ª Debêntures	CDI	398.861	12.636	CDI + 0,55%	-	set/2031	Bullet	1
	SWAP - Citibank	CDI	373.205	0	CDI + 0,65% a.a.	-	Set/2025	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	123.927	0	IPCA + 3,995% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	123.936	0	IPCA + 3,99% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	62.033	0	IPCA + 3,94% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	61.972	0	IPCA + 3,91% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	61.576	0	IPCA + 3,66% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	61.685	0	IPCA + 3,59% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
Non-Deliverable Forward (NDF)	-	-13.906	-	-	-	-	-	-	-
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	239.075	5.088	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Semestral	2
	2ª Debêntures	IPCA	842.547	1.626	IPCA + 4,8295% a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	44.690	1.957	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
EATE	9ª Debêntures	CDI	99.902	2.908	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
	10ª Debêntures	CDI	54.826	1.002	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
	11ª Debêntures	CDI	154.483	1.272	CDI + 1,65%	-	Dez/2028	3, 4 e 5ª ano	1
	12ª Debêntures	CDI	126.980	3.751	CDI + 0,89%	-	set/2029	4ª e 5ª ano	2
EBTE	2ª Debêntures	CDI	37.211	1.084	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
	3ª Debêntures	CDI	33.405	611	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	134.337	53.521	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	6ª Debêntures	CDI	9.538	278	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
	7ª Debêntures	CDI	11.419	209	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
	8ª Debêntures	CDI	39.368	1.163	CDI + 0,89%	-	Set/2029	Trimestral	4
ENTE	5ª Debêntures	CDI	14.937	273	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
	6ª Debêntures	CDI	24.892	205	CDI + 1,65%	-	Dez/2028	3, 4 e 5ª ano	1
	7ª Debêntures	CDI	23.361	691	CDI + 0,89%	-	Set/2029	4ª e 5ª ano	2
ETEP	4ª Debêntures	CDI	24.969	727	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
	5ª Debêntures	CDI	17.429	319	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
	6ª Debêntures	CDI	48.766	1.442	CDI + 0,89%	-	Set/2029	4ª e 5ª ano	2
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	299.140	1.375	IPCA + 4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	222	1	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	86	7	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	1.099	77	TJLP + 3,5%	-	Out/2029	Mensal	12
	3ª Debentures	CDI	26.975	785	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5ª ano	1
IVAÍ	BDMG	pré-fix	390	34	TJLP + 6,5%	-	Abr/2026	Mensal	12
	1ª Debêntures	IPCA	1.142.857	0	IPCA + 4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			11.800.506	412.055					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.



4.6. Empreendimentos de Grande Porte em Construção

A Companhia possui atualmente cinco empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 4,5 bilhões e uma RAP de R\$ 504,1, MM (ciclo RAP 2024-2025) – uma parte dessa RAP já em operação (Saíra e Pitiguari) – e sete reforços de grande porte nas concessões Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III com um investimento total ANEEL de R\$ 532 MM e uma RAP autorizada de R\$ 84,4 MM – uma parte desta RAP já habilitada (Novatrans).

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2024-25) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananai (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	162,5	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 10)	93 km / Santa Catarina	100% Taesa	22,2	243	set/22	mar/27	Em andamento (20% de RAP habilitada)
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	279 km / Maranhão e Pará	100% Taesa	102,8	1.117	mar/23	mar/28	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Saíra (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% Taesa	182,0	1.176	mar/23	mar/28	Em andamento (*72% de RAP habilitada)
Leilão 002/2024 Set/24	Juruá	1,2 km / São Paulo	100% Taesa	17,8	244,0	dez/24	jun/28	Em andamento
REA nº 12.850/2022 REA nº 12.823/2022	Novatrans*	1.278 km / Maranhão, Tocantins e Goiás	100% Taesa	10,8 28,1	73,3 189,3	out/22	abr/25 mai/25	REA nº 12.850/2022 concluído em dez/24 REA nº 12.823/2022 em andamento (*35% de RAP habilitada)
REA nº 13.194/2022	TSN	1.139 km / Bahia e Goiás	100% Taesa	10,6	70,7	jul/22	jan/25	Em andamento
REA nº 15.027/2024 Despacho nº 677/2024	São Pedro	418 km / Piauí e Bahia	100% Taesa	6,1 5,0	40,9 34,6	abri/23 mar/24	nov/25 set/26	Em andamento
REA nº 14.819/2023	ATE	370 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	17,5	80,9	ago/23	abr/26	Em andamento
REA nº 15.196/2024	ATE III	454 km / Pará e Tocantins	100% Taesa	6,4	41,8	mar/24	mar/26	Em andamento
TOTAL		8.067 km		R\$ 572	R\$ 5.061			

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima estão adicionados de PIS/COFINS.

*Entrada dos reforços de Novatrans entre dez-2024 e fev-2025, sendo sua RAP estimada a ser reconhecida no resultado de aproximadamente R\$ 35 MM.



4.6.1. Investimentos

Em 2024, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 1.035,4 MM contra R\$ 2.052,4 MM investidos em 2023, referentes aos empreendimentos em construção. A redução de cerca de R\$ 1 bilhão entre os períodos comparados se deve, principalmente, à indenização paga na assinatura do contrato de Saíra no 1T23 e ao fim dos investimentos em Ivaí e Sant'Ana em função da conclusão das obras nestes empreendimentos. Estes efeitos foram compensados, em parte, por maiores investimentos nos empreendimentos de Pitiguari e Tangará e nos sete reforços de grande porte, principalmente Novatrans e TSN.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

R\$ MM	Custo de Implementação (Capex)										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Mariana	4,8	21,2	38,1	22,8	55,1	34,6	-	-	-	-	176,5
Miracema	-	1,2	41,7	115,0	110,7	-	-	-	-	-	268,6
Janaúba	-	-	10,2	30,7	116,1	655,1	162,1	-	-	-	974,2
Aimorés	-	-	3,9	3,6	65,9	82,0	15,8	37,4	-	-	208,6
Paraguaçu	-	-	5,8	4,6	110,8	109,0	40,5	92,7	-	-	363,4
Ivaí	-	-	8,7	12,7	46,2	379,1	348,5	131,2	248,1	-	1.174,5
ESTE	-	-	0,9	4,5	6,2	122,5	140,8	28,5	-	-	303,4
EDTE	-	-	-	14,6	175,2	1,8	-	-	-	-	191,6
Sant'Ana	-	-	-	-	32,2	151,0	268,3	118,4	124,3	-	694,2
Ananai	-	-	-	-	-	-	-	106,9	581,1	304,7	992,8
Pitiguari	-	-	-	-	-	-	-	3,8	27,6	183,2	214,7
Tangará	-	-	-	-	-	-	-	-	78,1	221,3	299,4
Saíra ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	927,9	59,4	987,4
Juruá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novatrans ²	-	-	-	-	-	-	-	-	46,1	170,4	216,5
TSN ³	-	-	-	-	-	-	-	-	17,7	68,4	86,1
São Pedro ⁴	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	7,9	8,0
ATE ⁵	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	14,4	15,7
ATE III ⁶	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,5	5,5
Total	4,8	22,4	109,2	208,7	718,3	1.535,2	975,9	519,0	2.052,4	1.035,4	7.181,1

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. Os valores apresentados de reforços (Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III) a partir de 2023 são majoritariamente referentes às REAs destacadas neste documento, mas podem considerar reforços de menor porte ou melhorias que não foram mencionados aqui. (1) O valor de 2023 inclui o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior. (2) Os valores de Novatrans são referentes principalmente aos reforços autorizados através das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022. (3) O valor da TSN é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 13.194/2022. (4) O valor de São Pedro é referente principalmente aos reforços autorizados através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.027/2024 e Despacho ANEEL nº 677/2024. (5) O valor da ATE é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023. (6) O valor da ATE III acima é referente principalmente a reforços de pequeno porte e melhorias.

4.6.2. Premissas Divulgadas

Visando maior transparência e com o intuito de facilitar o cálculo e modelagem do fluxo de caixa da Companhia, segue abaixo algumas premissas dos empreendimentos atualmente em construção, arrematados em leilões (*greenfield*).

Antecipação de entrada em operação versus prazo ANEEL:

- Ananai: 11 a 15 meses
- Pitiguari: mais que 24 meses
- Tangará: mais que 24 meses
- Saíra (2ª fase): mais que 24 meses
- Juruá (lote 3): 6 meses (limite do edital)

Eficiência do CAPEX versus CAPEX ANEEL:

- Ananai, Pitiguari, Tangará e Saíra (2ª fase): média de 15%
- Juruá: mais que 25%



Outras premissas – Juruá:

- 80% do CAPEX concentrado em equipamentos
- Mais de 50% do CAPEX a ser desembolsado no último ano da obra
- Margem EBITDA acima de 90%
- Regime de lucro presumido

4.6.3. Status dos Projetos

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios (i) em novembro de 2022, para o corredor de 525kV para as linhas de transmissão LT Foz do Iguaçu – Guaíra (circuito duplo), Módulos Gerais 525 kV das SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Bancos de Reatores 525 kV da SE Guaíra, e (ii) em maio de 2023, para os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra. Emissão dos TLDs para esses trechos em maio de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525 kV para as linhas de transmissão LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo) em novembro de 2022, com emissão de TLD em dezembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525kV dos Bancos de Reatores da SE Guaíra em novembro de 2022, com emissão de TLD em janeiro de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para início da operação comercial do Banco de Capacitores 138kV-30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Módulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte (circuito duplo) e entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo) em janeiro de 2023, com emissão de TLD em abril de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios e TLD para LT 525 kV Sarandi – Londrina C1 em novembro de 2022. Emissão dos Termos de Liberação provisórios para LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em novembro de 2022. Emissão de TLD para o Módulo Geral 525 kV da SE Londrina em novembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o Módulo Geral 525 kV da SE Sarandi, os Bancos de Reatores 525 kV SE Sarandi, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi em novembro de 2022. Emissão dos TLDs para estes trechos em agosto de 2023.
- Atendimento de requisitos para fins de liberação de garantia no processo de debêntures emitidas.
- Emissão do TLD LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em março de 2023.
- Entrada em operação comercial total em março de 2024.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.



- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 e LT Livramento 3 – Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022, retroativo a 28 de março de 2022.
- Termos de Liberação para a linha de transmissão LT Livramento 3 – Maçambará 3, para subestação SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 emitido em 7 de dezembro de 2022, retroativo a 30 de novembro de 2022.
- Energização do trecho de LT Livramento 3 – Santa Maria 3 e SE Santa Maria 3 em 2 de maio de 2023.
- Energização do Compensador Síncrono da SE Livramento 3 em 18 de maio de 2023.
- Energização do Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C2 em 25 de agosto de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Entrada em operação comercial em dezembro de 2023.

Nota: O empreendimento atualmente recebe 98,8% de sua RAP, uma vez que existem pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto a ANEEL e uma vez que sanadas Sant'Ana passará a receber 100% da sua RAP.

Ananai

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Licença Prévia (LP) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste emitida em agosto de 2023 e para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis emitida em setembro de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Bateias e SE Curitiba Leste a serem interligadas, emitida em junho de 2024.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis, incluindo as obras de ampliação das Subestações SE Ponta Grossa e SE Assis a serem interligadas, emitida em novembro de 2024.
- Avanço físico: 37,6% em 31 de dezembro de 2024.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. em junho de 2022 para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Licença Prévia (LP) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande emitida em agosto de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira, emitida em fevereiro de 2024.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande em dezembro de 2024.
- Avanço físico: 79,2% em 31 de dezembro de 2024.



Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Licença Prévia para Subestação Santa Luzia III emitida em dezembro de 2023 e para LT 230kV Açailândia – Dom Eliseu II e para LT 230kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em janeiro de 2024.
- Licença Ambiental Unificada para a SE Encruzo Novo em janeiro de 2024.
- Licença Prévia para o seccionamento da LT 230 kV Açailândia – Miranda II em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a subestação SE Santa Luzia III em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a SE Açailândia, SE Dom Eliseu II e LT 230 kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em junho de 2024.
- Licença de Instalação para o seccionamento da LT 500 kV Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III em outubro de 2024.
- Licença de Instalação para a LT 230 kV Açailândia – Dom Eliseu II em novembro de 2024.
- Avanço físico: 48,3% em 31 de dezembro de 2024.

Saíra

- Constituição da empresa Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Operação das instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão LT Santo Ângelo – Itá, LT Garabi 2 – Santo Ângelo, e LT Garabi 1 – Fronteira com RAP habilitada (1ª fase) em operação em 31 de março de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Revitalizações (2ª fase) - Avanço físico: 64,9% em 31 de dezembro de 2024.

Reforços Novatrans

- Obtenção das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, em outubro de 2022, para implantar reforços nas instalações de Novatrans relativo à substituição do banco de capacitores na SE Imperatriz e na SE Colinas.
- Emissão do Termo de Liberação referente à parte das instalações da SE Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº12.823/2022.
- Emissão do Termo de Liberação referente à parte das instalações da SE Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº12.850/2022.
- Avanço físico: 98,0% em 31 de dezembro de 2024.

Reforços TSN

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 12.267/2022 em novembro 2022, posteriormente alterada via REA nº 13.194/2022, em novembro de 2022, para implantar reforço na concessão TSN relativo à instalação do 3º Autotransformador 500/230 kV, 3x100 MVA e conexões na SE Bom Jesus da Lapa II.
- Avanço físico: 52,1% em 31 de dezembro de 2024.

Reforços São Pedro

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.524/2023 em abril de 2023, posteriormente alterada via REA nº 15.027/2024, em janeiro de 2024, para implantar reforço na concessão São Pedro relativo à instalação de seccionamento da LT 230kV Rio Grande II – Barreiras II e módulos na SE Barreiras.



- Obtenção de Despacho ANEEL nº 677/2024, em março de 2024, para implantar reforço relativo à instalação do 3º Autotransformador 230/138 kV da SE Rio Grande II.
- Avanço físico: (REA nº 15.027/2024): 18,7% em 31 de dezembro de 2024.

Reforços ATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023, em agosto de 2023, para implantar reforço na concessão ATE relativo à instalação do 2º Autotransformador 500/440 kV, 3x500 MVA e conexões na SE Assis.
- Avanço físico: 10,4% em 31 de dezembro de 2024.

Reforços ATE III

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.196/2024, em março de 2024, para implantar reforço na concessão ATE III relativo à instalação do 2º Banco de Reatores de Barra Monofásicos de 3 x 45,3 Mvar na SE Itacaiúnas.



4.7. Resultado Societário (IFRS)

4.7.1. Receita Líquida

A Receita Líquida IFRS do 4T24 foi de R\$ 1.086,6 MM, 16,4% menor que o 4T23, em função principalmente dos menores investimentos em Ananai devido ao atraso do licenciamento ambiental, e nos reforços de Novatrans, além do aumento da Parcela Variável registrada decorrente do evento atípico na ETEO. Estes eventos foram parcialmente compensados pelo crescimento da receita de correção monetária, motivada majoritariamente pelo aumento do IGP-M entre os períodos comparados, além dos maiores investimentos realizados em Tangará, Pitiguari, Saíra (2ª fase), e reforços da TSN.

A Receita Líquida IFRS do 2024 foi de R\$ 3.718,1 MM, 10,6% maior que o registrado no 2023, em função principalmente da receita de correção monetária, motivada pelo aumento do IGP-M e maiores investimentos dos projetos, parcialmente compensados pela redução de outras receitas operacionais, motivada por contabilização no 4T23 de receita complementar do EUST, e pelo aumento da Parcela Variável.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a TAESA contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo de contrato da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é reconhecido mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do terceiro trimestre de 2024 foram:

Mês	IGP-M	IPCA	Mês	IGP-M	IPCA
set/23	0,37%	0,26%	set/24	0,62%	0,44%
out/23	0,50%	0,24%	out/24	1,52%	0,56%
nov/23	0,59%	0,28%	nov/24	1,30%	0,39%
Acumulado 4T23	1,47%	0,78%	Acumulado 4T24	3,48%	1,40%
Acumulado 2023	-3,46%	4,68%	Acumulado 2024	6,33%	4,87%

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	4T24	4T23*	Var.%	2024*	2023*	Var.%
Operação e manutenção	268,2	266,7	0,5%	1.071,7	1.075,7	-0,4%
Remuneração do ativo contratual de concessão	286,1	283,9	0,8%	1.144,6	1.120,7	2,1%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	216,0	153,9	40,4%	540,9	217,6	148,6%
Implementação de infraestrutura	418,3	732,3	-42,9%	1.309,7	1.223,7	7,0%
Total Receitas IFRS	1.188,6	1.436,9	-17,3%	4.066,9	3.637,7	11,8%
Parcela variável	(14,2)	(4,2)	235,7%	(46,8)	(3,6)	1214,2%
Outras receitas operacionais	7,5	6,0	26,3%	33,6	58,5	-42,5%
Receita operacional bruta	1.182,0	1.438,6	-17,8%	4.053,7	3.692,6	9,8%
PIS e COFINS	(69,1)	(112,0)	-38,3%	(229,1)	(228,4)	0,3%
ISS	(0,1)	(0,1)	-30,2%	(0,3)	(0,5)	-26,3%
ICMS	(0,0)	(0,0)	-96,5%	(0,1)	(0,2)	-49,4%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,2)	(26,9)	-2,5%	(106,1)	(102,7)	3,3%
Deduções da receita operacional bruta	(95,4)	(139,0)	-31,3%	(335,6)	(331,7)	1,2%
Receita operacional líquida	1.086,6	1.299,6	-16,4%	3.718,1	3.360,9	10,6%

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A variação e a composição da receita líquida IFRS da TAESA refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento de 0,5% da receita de O&M se deve ao reajuste de 3,9% (IPCA) do ciclo 2024-2025 para as concessões de categoria 3, conforme Resolução Homologatória nº 3.348/2024, compensado pelo reajuste inflacionário de -0,3% (IGP-M) do mesmo ciclo para as concessões de categoria 2. Na comparação entre 2024 e 2023, a queda de -0,4% se deve aos mesmos motivos mencionados acima, além do reajuste inflacionário do ciclo 2023-2024.



- **Remuneração do ativo de contrato:** O aumento de 0,8% se deve principalmente pelo efeito da correção monetária sobre o ativo de contrato que compensou a queda natural do ativo de contrato em função da amortização dos recebimentos. Na comparação entre 2024 e 2023, o aumento de 2,1% se deve aos mesmos motivos mencionados acima.
- **Correção monetária do ativo de contrato:** A receita de correção monetária apresentou um aumento na comparação anual de R\$ 62,2 MM em razão do aumento do IGP-M (+3,48% no acumulado do 4T24 versus +1,47% no 4T23), e pelo maior IPCA entre os períodos comparados (+1,40% no acumulado do 4T24 versus +0,78% no 4T23). Na comparação entre 2024 e 2023, o aumento de R\$ 323,3 MM se deve ao aumento dos índices macroeconômicos no ano, principalmente o IGP-M (inflação de +6,33% em 2024 versus uma deflação de -3,46% em 2023).
- **Implementação de infraestrutura:** A queda anual de R\$ 314,0 MM na receita de implementação se deve, basicamente, aos menores investimentos realizados em Ananai pelo atraso no licenciamento ambiental que impacta diretamente na margem de construção do empreendimento, e menores investimentos em Novatrans em função da conclusão dos reforços. Estes efeitos foram compensados, em parte, por maiores investimentos em Tangará, Pitiguari, Saíra (2ª fase), além dos reforços em Novatrans e TSN. Na comparação entre 2023 e 2022, o aumento de R\$ 86,0 MM se deve a maiores investimentos em Tangará e Pitiguari, Saíra (2ª fase), além dos reforços de Novatrans e TSN, compensados por menores investimentos em Ananai, conforme mencionado acima, e pela entrada em operação das fases finais de Sant'Ana em 2023.
- **Parcela variável (PV):** Idem explicação da Parcela Variável do resultado regulatório. Vide seção 4.3.1.
- **Outras receitas operacionais:** O aumento de 26,3% se deve, principalmente, à contabilização de receita de reforço da Novatrans contabilizado nesta linha. Na comparação entre 2024 e 2023, a queda de R\$ 24,9 MM se deve principalmente pela contabilização no 3T23 de receita complementar relativa a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) por rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) pelo ONS de uso do sistema por uma contraparte, no valor de R\$ 31 MM, compensado em parte pela contabilização em 2022 referente à receita da concessão Sant'Ana após a entrada em operação das fases finais, conforme já mencionado acima.
- **Deduções da receita bruta:** Houve uma queda de 31,3% na comparação entre 4T24 versus 4T23 em função da queda do PIS/COFINS motivado pela redução da receita operacional bruta, principalmente em função da queda na linha de receita de implementação de infraestrutura no trimestre. Já na comparação entre 2024 e 2023, houve um aumento de 1,2%, em função do aumento do PIS/COFINS, motivado pelo crescimento da receita operacional bruta, principalmente na linha de correção monetária.



4.7.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 504,6 MM no 4T24, 30,3% menor quando comparado ao 4T23.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 1.518,9 MM em 2024, 4,4% maior quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	4T24	4T23	Var.%	2024	2023	Var.%
Pessoal	(69,3)	(62,4)	11,1%	(261,8)	(241,1)	8,6%
Material	(337,2)	(603,2)	-44,1%	(1.054,2)	(1.049,7)	0,4%
<i>Custo de O&M</i>	(19,0)	(13,4)	41,0%	(44,4)	(80,8)	-45,1%
<i>Custo de infra</i>	(316,7)	(584,9)	-45,9%	(1.002,4)	(949,6)	5,6%
<i>Diversos</i>	(1,6)	(4,9)	-67,9%	(7,4)	(19,3)	-61,5%
Serviço de terceiros	(30,8)	(33,0)	-6,9%	(104,3)	(126,3)	-17,5%
Outros	(57,4)	(20,0)	187,4%	(73,9)	(19,5)	279,4%
Total	(494,8)	(718,6)	-31,2%	(1.494,2)	(1.436,6)	4,0%
Depreciação e amortização	(9,9)	(5,1)	92,5%	(24,7)	(17,9)	37,9%
Total	(504,6)	(723,8)	-30,3%	(1.518,9)	(1.454,6)	4,4%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** Idem explicação do custo de Pessoal do resultado regulatório. Vide seção 4.3.2.
- **Material:**
 - **Custo de O&M:** O aumento de R\$ 5,6 MM foi influenciado por maiores investimentos de O&M, nas concessões de Saíra (R\$ 10,1 MM), TSN (R\$ 6,8 MM) e Sant'Ana (R\$ 4,7 MM), parcialmente compensado por menores investimentos nas concessões ATE, ATE III, Mariana, ATE II e STE. A redução R\$ 36,4 MM entre 2024 e 2023 foi em função principalmente da redução de investimentos de O&M nas concessões de Sant'Ana, Mariana, TSN, ATE, ATE III e Munirah, compensado em parte pelo aumento em Saíra.
 - **Custo de Implementação:** A redução de 45,9% na comparação entre 4T24 e o 4T23 se deve, principalmente, por menores investimentos em Ananái (-R\$ 358,6 MM) e a entrada em operação das fases finais de Sant'Ana (-R\$ 19,1 MM). Este efeito foi compensado por maiores investimentos em Tangará (+R\$ 87,5 MM), Pitiguari (+R\$ 17,0 MM), reforços na TSN (+R\$ 25,8 MM) e Novatrans (+R\$ 3,4 MM). O aumento de 5,6% entre 2024 e 2023 foi em função dos investimentos nas concessões Tangará (+R\$ 143,2 MM) e Pitiguari (+R\$ 119,9 MM), além dos Reforços de Novatrans (+R\$ 124,4 MM) e TSN (+R\$ 50,4 MM), compensado em parte, por menores investimentos em Ananái (-R\$ 276,4 MM), Sant'Ana (-R\$ 124,3 MM).
 - **Outros (materiais):** Idem explicação do custo de Materiais do resultado regulatório. Vide seção 4.3.2.
- **Serviços de terceiros:** Idem explicação do custo de Serviços de terceiros do resultado regulatório. Vide seção 4.3.2.
- **Outros:** O aumento de R\$ 37,4 MM se deve principalmente a (i) provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) por rescisão dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) no valor de R\$ 43,9 MM, (ii) maiores provisões de indenizações cíveis, e (iii) efeito negativo de revisão da margem (contrato oneroso) do empreendimento em construção de Saíra. Estes efeitos foram parcialmente compensados por (i) efeito líquido positivo de revisão da margem do empreendimento de Sant'Ana. Na comparação entre 2024 e 2023, o aumento R\$ 54,4 MM se refere principalmente a (i) provisão para



Perda de Crédito Esperada (PCE), conforme mencionado acima, (ii) recebimento de indenizações em 2023 na Taesa, no valor de R\$ 26,9 MM, via conta garantia constituída na aquisição das concessões de São João e São Pedro, conforme mencionado acima, e (iii) ressarcimento de contingências fiscais no 4T23. Estes efeitos foram compensados em parte pelo efeito líquido positivo de revisão da margem dos empreendimentos em construção (Sant'Ana e Saíra).

- **Depreciação e amortização:** O aumento de R\$ 4,8 MM entre o 4T24 e 4T23 se deve basicamente a unitização retroativa de ativos no valor de R\$ 14,9 MM. Estes efeitos compensados em parte pela finalização dos contratos de aluguel de veículos. Já o aumento de 37,9% entre 2024 e 2024 é explicado principalmente pelo (i) aumento na depreciação da frota própria de veículos da Companhia; e (ii) unitização retroativa de ativos conforme mencionado acima.

4.7.3. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 4T24 totalizou R\$ 264,3 MM, 97,2% maior que o 4T23. Já no ano de 2024, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 664,1 MM, 55,3% maior que o mesmo período de 2023.

Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	4T24	4T23	Var.%	2024	2023	Var.%
ETAU	16,9	6,7	151,8%	52,6	18,0	192,7%
TBE	105,5	78,4	34,5%	332,1	190,1	74,7%
Aimorés	21,7	11,5	89,3%	61,1	48,6	25,7%
Paraguaçu	39,7	17,0	133,5%	96,2	73,1	31,5%
Ivaí	80,4	20,4	295,0%	122,1	97,7	25,0%
Total Equivalência Patrimonial	264,3	134,0	97,2%	664,1	427,5	55,3%

O aumento de R\$ 130,3 MM no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 4T24 e o 4T23, se deve principalmente ao: (i) aumento da receita de correção monetária com impacto relevante na TBE e Ivaí decorrente do aumento do IGP-M e IPCA, respectivamente, entre os períodos comparados; (ii) reversão de provisão de multa por atraso na entrada em operação de Ivaí, provisionada no 4T23 (montante de R\$ 24,6 MM impactando outras despesas operacionais positivamente no 4T24 e negativamente no 4T23); (iii) reversão de provisão de multas e parcela variável por atraso (PVA) na entrada em operação de Aimorés e Paraguaçu (R\$ 11,9 MM na receita e R\$ 12,9 MM nos custos e despesas operacionais); e (iv) ajuste extemporâneo em impostos diferidos para compensação de prejuízo fiscal de exercícios de anos anteriores em Ivaí. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo crescimento das despesas financeiras majoritariamente na Ivaí e TBE em função do aumento dos índices macroeconômicos, principalmente o IPCA. Na comparação entre 2024 e 2023, o aumento do resultado se deve, principalmente, aos motivos acima mencionados, além da redução nos tributos na ETAU decorrente da mudança de regime tributário de lucro real para lucro presumido, que foram parcialmente compensados pela entrada em operação de Ivaí em 2023.



4.7.4. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 285,4 MM no 4T24, 46,8% maior que o registrado no 4T23.

Em 2024, a despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 1.000,9 MM, 10,5% maior que o registrado em 2023.

Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	4T24	4T23*	Var.%	2024*	2023*	Var.%
Receitas Financeiras	24,6	34,6	-48,8%	103,1	147,2	-29,9%
Renda de aplicação financeira	19,4	37,9	-48,8%	91,3	139,2	-34,5%
Outras Receitas financeiras	5,2	(3,3)	n/a	11,9	7,9	49,6%
Despesas Financeiras	(310,0)	(229,0)	35,4%	(1.104,0)	(1.052,9)	4,8%
Juros incorridos	(191,3)	(180,5)	6,0%	(767,0)	(759,2)	1,0%
Variações monetárias e cambiais	(84,4)	(44,5)	89,8%	(281,0)	(251,2)	11,9%
Outras despesas/receitas financeiras	(34,3)	(4,0)	761,8%	(55,8)	(42,1)	32,5%
Total IFRS	(285,4)	(194,4)	46,8%	(1.000,9)	(905,7)	10,5%

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Idem explicação do Resultado Financeiro Regulatório. Vide seção 4.3.6.

4.7.5. Impostos

A variação de R\$ 18,4 M (+54,0%) do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 4T24 e 4T23 é explicado, principalmente, pelo (i) aumento de 8,8% do lucro antes dos impostos, em função da receita de correção monetária com impacto nos impostos diferidos, (ii) menor aproveitamento do benefício tributário sobre o pagamento e recebimento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), e (iii) menor aproveitamento do benefício de incentivo fiscal de Miracema, após incorporação, devido ao prejuízo fiscal registrado no período. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo reconhecimento do passivo diferido em decorrência da incorporação da ATE III em 2023.

O aumento de R\$ 108,2 MM de Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre 2024 e 2023 é explicada basicamente pelos motivos apresentados acima, além do: (i) aumento da receita de implementação de infraestrutura em função de maiores realizações de Capex nas concessões pré-operacionais e reforços, e (ii) menor impacto do regime de lucro presumido motivada pela mudança do regime fiscal de Saíra e Sant'Ana para lucro real em 2024. Estes efeitos foram parcialmente compensados, pela baixa de tributos diferidos em função da alteração de regime tributário da Brasnorte de lucro real para lucro presumido em 2024, e a economia gerada em Pitiguari e Tangará decorrente do regime de lucro presumido.

Vale mencionar que o aumento da carga tributária no período foi amenizado, em parte, pela eficiência tributária das incorporações das empresas ATE III, Miracema, Sant'Ana e Saíra realizadas entre 2023 e 2024, que totalizaram R\$ 26,0 MM no acumulado de 12 meses deste ano.

R\$ MM	IFRS					
	4Q24	4Q23*	Var.%	2024	2023	Var.%
Tax Conciliation						
Earnings Before Taxes (EBT)	560,8	515,5	8,8%	1.862,5	1.428,1	30,4%
Equity Income Exclusion (EP)	(264,3)	(134,0)	97,2%	(664,1)	(427,5)	55,3%
Base excluding EP	296,5	381,5	-22,3%	1.198,4	1.000,6	19,8%
Deduction - distributed JCP	(59,7)	(200,5)	-70,2%	(322,8)	(416,7)	-22,5%
Taxable Income	236,8	181,0	30,8%	875,6	583,9	50,0%
IRCS (rate 34%)	(80,5)	(61,6)	30,8%	(297,7)	(198,5)	50,0%
Presumed Profit Regime Impact	31,3	44,8	-30,3%	107,8	137,5	-21,6%
SUDAM/SUDENE benefit	(2,2)	24,0	-	21,4	40,9	-47,7%
Others	(2,5)	(42,3)	-94,0%	(0,2)	(40,3)	-99,6%
IRPJ and CSLL recognized in the profit	(54,0)	(35,1)	54,0%	(168,6)	(60,4)	179,1%
Effective Rate: IRCS / Base excluding EP	18,2%	9,2%	9,0 pp	14,1%	6,0%	8,0 pp

Tax rate, starting base excluding-EP	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Deductions and tax benefits	-15,8%	-24,8%	-19,9%	-28,0%
JCP	-6,8%	-17,9%	-9,2%	-14,2%
Presumed Regime	-10,5%	-11,8%	-9,0%	-13,7%
SUDAM/SUDENE	0,8%	-6,3%	-1,8%	-4,1%
Other	0,9%	11,1%	0,0%	4,0%
Effective Rate	18,2%	9,2%	14,1%	6,0%

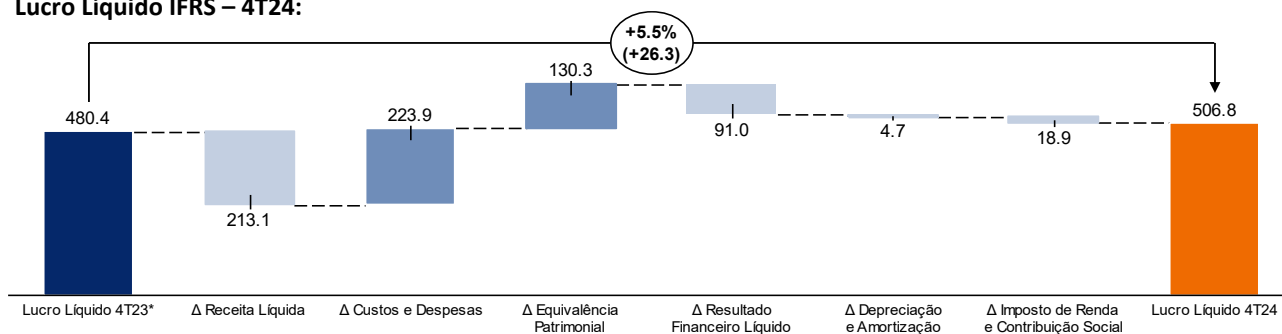
* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.



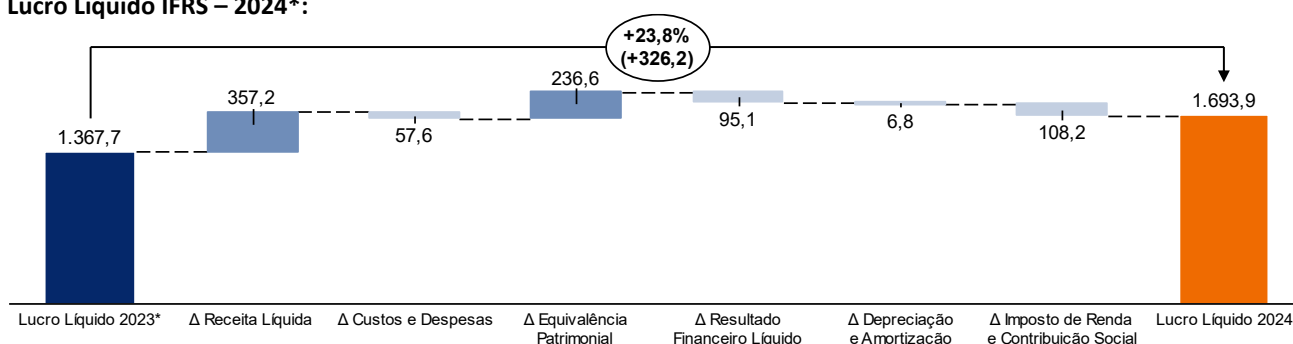
4.7.6. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 506,8 MM no 4T24, apresentando um aumento de 5,5% que o registrado no 4T23. No ano de 2024, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 1.693,9 MM, 23,8% maior que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido IFRS – 4T24:



Lucro Líquido IFRS – 2024*:



* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Valor Residual

A partir do saldo atual do ativo imobilizado das concessões da TAESA, foram calculados a depreciação anual média e o valor residual de cada concessão. O objetivo é dar transparência aos valores não depreciados das concessões ao fim dos seus respectivos contratos.

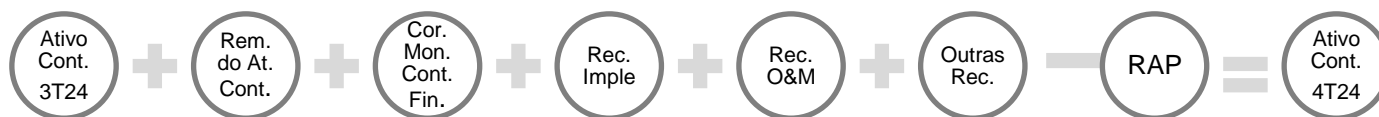
Conforme as notas explicativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias, a depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pela ANEEL. O valor residual é determinado a partir da parcela não amortizada de bens em serviço pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização), e pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória ou de novos investimentos realizados na concessão.

Cumpra esclarecer que a regulamentação vigente é silente quanto a certas premissas que poderão ser utilizadas pela ANEEL, assim não há como garantir que estes valores serão considerados como indenização no vencimento destes contratos. O valor residual é utilizado pela Companhia como uma aproximação do valor da indenização no ativo de contrato no IFRS. Pelas práticas contábeis adotadas pela Companhia, os valores não são corrigidos pela inflação, isto é, eles seguem os valores históricos.

As concessões da TAESA possuem entre **R\$ 2,8 a R\$ 3 bilhões de valor residual**, sendo R\$ 2 bilhões na TAESA Consolidado e mais R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão entre os grupos TBE e AIE. Vale mencionar que estes valores são (i) proporcionais a participação da TAESA em cada concessão, (ii) valores futuros no momento do vencimento de cada concessão, e (iii) não consideram as concessões leiloadas a partir de 2019, uma vez definida a regra pela ANEEL de que os investimentos iniciais desses projetos devem ser necessariamente amortizados durante o prazo da concessão.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



R\$ MM									
Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 3T24	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	Ativo Contratual 4T24
NOVATRANS	10%	1.547,0	48,1	33,2	13,9	48,2	1,3	(118,8)	1.572,8
TSN	11%	756,5	17,7	14,3	45,6	91,1	(0,7)	(118,5)	805,8
MUNIRAH	12%	61,5	1,5	1,3	0,1	6,0	-	(7,9)	62,5
GTESA	11%	27,6	0,7	0,8	0,0	0,9	2,5	(4,6)	27,9
PATESA	8%	117,8	2,2	3,1	0,0	2,4	-	(6,5)	119,0
ETEO	10%	366,5	9,1	11,1	0,0	18,3	(0,0)	(38,1)	366,9
NTE	15%	371,6	13,0	10,5	0,1	14,9	(0,0)	(33,2)	376,9
STE	10%	309,9	7,7	8,9	0,0	5,9	(0,0)	(18,5)	313,9
ATE	10%	590,8	13,3	17,0	8,4	11,4	(0,0)	(32,2)	608,6
ATE II	9%	797,7	16,1	27,3	(1,6)	25,6	(0,1)	(50,4)	814,6
ATE III ¹³	7%	446,7	7,1	4,8	3,3	13,1	0,6	(25,2)	450,5
ETAU ³	18%	104,3	3,5	2,9	-	3,7	2,7	(11,0)	106,0
BRASNORTE ³	6%	247,6	6,7	3,0	-	0,8	0,9	(10,0)	248,9
SÃO GOTARDO ¹	5%	74,7	1,0	1,0	-	0,3	0,0	(1,9)	75,0
SÃO JOÃO ¹³	6%	676,0	10,3	8,5	-	2,4	0,0	(16,7)	680,5
SÃO PEDRO ¹³	6%	707,9	11,5	8,8	4,3	2,0	2,3	(19,7)	717,1
LAGOA NOVA ¹³	9%	146,4	3,2	0,4	-	0,5	0,1	(4,2)	146,3
MARIANA ¹³	6%	272,6	3,9	3,5	-	0,5	0,0	(5,7)	274,7
MIRACEMA ¹³	9%	718,6	16,1	9,4	-	5,5	7,8	(31,8)	725,6
JANAÚBA ¹³	10%	2.388,5	55,9	31,1	-	6,6	(0,0)	(69,6)	2.412,5
SANT'ANA ¹³	9%	802,0	17,7	5,7	-	2,0	0,6	(21,39)	806,7
ANANÁ ²	7%	1.216,6	-	-	74,2	-	-	-	1.290,7
PITIGUARI ²	5%	191,6	-	-	55,1	-	-	-	246,6
SAÍRA ²	9%	1.059,8	23,3	12,5	19,3	9,7	0,0	(32,6)	1.092,0
TANGARÁ ²	5%	224,8	-	-	195,7	-	-	-	420,6
AIMORÉS ¹³⁴	8%	526,5	10,1	8,0	-	2,2	0,0	(14,2)	532,6
PARAGUAÇÚ ¹³⁴	8%	824,5	15,7	14,4	-	2,6	-	(21,2)	836,0
IVAI ¹²³⁴	8%	2.092,0	38,8	27,6	-	6,3	-	(52,3)	2.112,5
EATE ³	7%	889,0	14,2	26,4	-	8,2	0,1	(47,2)	890,7
EBTE ¹	4%	431,7	4,8	5,2	-	3,5	1,1	(14,0)	432,3
ECTE	6%	72,5	1,1	2,0	-	0,6	0,0	(3,9)	72,4
EDTE ¹³	9%	436,1	9,5	5,7	-	1,5	(0,0)	(12,4)	440,4
ENTE	6%	558,0	8,1	16,7	-	4,2	0,0	(24,3)	562,7
ERTE	5%	117,7	1,5	3,4	-	1,5	0,0	(5,6)	118,6
ESDE ¹	7%	73,8	1,2	0,9	-	0,4	0,2	(2,5)	74,1
ESTE ¹³	8%	721,0	14,0	9,5	-	3,3	7,1	(20,1)	734,8
ETEP	6%	191,3	3,0	5,5	-	2,6	0,0	(10,6)	191,8
ETSE ¹	6%	66,1	1,0	0,8	-	0,3	0,1	(1,8)	66,5
LUMITRANS	5%	59,3	0,7	1,7	-	0,6	0,0	(2,3)	60,0
STC ¹	5%	70,2	0,9	0,8	-	1,0	(1,4)	(4,0)	67,5
TRANSIRAPE ⁵	8%	111,2	1,9	3,0	-	0,9	(2,5)	(5,6)	109,0
TRANSLESTE ⁵	10%	105,2	2,6	3,2	-	0,7	0,0	(4,8)	106,9
TRANSUDESTE ⁵	8%	71,9	1,4	2,2	-	0,6	0,0	(2,9)	73,2
Total		21.643,1	420,0	355,9	418,2	312,8	22,6	(928,4)	22.244,3

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024

5.3. DRE 4T24

DRE	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	4T24	4T23*	Var.%	4T24	4T23*	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	659.746	649.407	1,6%
Operação e manutenção	268.154	266.745	0,5%	-	-	-	
Remuneração do ativo contratual de concessão	286.093	283.937	0,8%	-	-	-	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	216.030	153.861	40,4%	-	-	-	
Receita de Implementação de Infraestrutura	418.346	732.348	-42,9%	-	-	-	
Outras receitas operacionais	7.547	5.977	26,3%	302	300	0,7%	
Parcela variável	(14.180)	(4.224)	235,7%	(14.180)	(4.224)	235,7%	
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.181.991	1.438.644	-17,8%	645.868	645.483	0,1%	
PIS e COFINS	(69.114)	(111.964)	-38,3%	(38.583)	(34.582)	11,6%	
ISS	(82)	(117)	-30,2%	(82)	(117)	-30,2%	
ICMS	(1)	(19)	-96,5%	(1)	(19)	-96,5%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26.237)	(26.906)	-2,5%	(26.210)	(26.906)	-2,6%	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	
Deduções da receita operacional bruta	(95.434)	(139.008)	-31,3%	(64.876)	(61.625)	5,3%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.086.557	1.299.636	-16,4%	580.992	583.858	-0,5%	
Pessoal	(69.338)	(62.394)	11,1%	(69.338)	(62.394)	11,1%	
Material	(337.218)	(603.204)	-44,1%	(1.571)	(4.888)	-67,9%	
Serviços de terceiros	(30.754)	(33.036)	-6,9%	(30.754)	(33.036)	-6,9%	
Outras despesas operacionais	(57.450)	(19.991)	187,4%	(57.760)	(7.443)	676,1%	
Custos e Despesas	(494.760)	(718.626)	-31,2%	(159.423)	(107.761)	47,9%	
Depreciação e amortização	(9.878)	(5.131)	92,5%	(98.879)	(70.452)	40,3%	
Custos, Despesas e D&A	(504.638)	(723.757)	-30,3%	(258.302)	(178.214)	44,9%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	581.919	575.879	1,0%	322.690	405.644	-20,5%	
Resultado de equivalência patrimonial	264.271	133.987	97,2%	156.908	91.648	71,2%	
Receita financeira	24.610	34.627	-28,9%	24.610	34.627	-28,9%	
Renda de aplicação financeira	19.411	37.898	-48,8%	19.411	37.898	-48,8%	
Outras Receitas financeiras	5.199	(3.271)	-	5.199	(3.271)	-	
Despesas financeiras	(310.000)	(228.989)	35,4%	(309.959)	(228.921)	35,4%	
Empréstimos e financiamentos	(46.729)	1.542	-	(46.729)	1.542	-	
- Juros incorridos	(7.687)	(6.674)	15,2%	(7.687)	(6.674)	15,2%	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Variação cambial	(52.444)	14.434	-	(52.444)	14.434	-	
- Ajuste ao valor justo	13.402	(6.219)	-	13.402	(6.219)	-	
Instrumentos financeiros derivativos	54.655	11.574	372,2%	54.655	11.574	372,2%	
- Juros incorridos	7.875	16.823	-53,2%	7.875	16.823	-53,2%	
- Variação cambial	60.182	(11.468)	-	60.182	(11.468)	-	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	(13.402)	6.219	-	(13.402)	6.219	-	
Debêntures	(283.621)	(238.061)	19,1%	(283.621)	(238.061)	19,1%	
- Juros incorridos	(191.487)	(190.633)	0,4%	(191.487)	(190.633)	0,4%	
- Variações monetárias	(92.134)	(47.428)	94,3%	(92.134)	(47.428)	94,3%	
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-	
Despesa Financeira – Arrendamento	(41)	(67)	-39,6%	-	-	-	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(34.264)	(3.976)	761,8%	(34.264)	(3.976)	761,8%	
Resultado financeiro	(285.390)	(194.361)	46,8%	(285.349)	(194.294)	46,9%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	560.800	515.504	8,8%	194.249	302.999	-35,9%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(54.006)	(35.059)	54,0%	6.385	(5.617)	-	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	506.795	480.445	5,5%	200.634	297.381	-32,5%	
EBITDA	591.797	581.010	1,9%	421.569	476.096	-11,5%	
Margem EBITDA	54,5%	44,7%	9,8 pp	72,6%	81,5%	-9,0 pp	

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024

5.4. DRE 2024

DRE

	R\$ mil	IFRS			Regulatório		
		2024*	2023*	Var.%	2024*	2023*	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	2.630.753	2.646.018	-0,6%
Operação e manutenção	1.071.732	1.075.712	-0,4%	-	-	-	
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.144.631	1.120.684	2,1%	-	-	-	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	540.872	217.607	148,6%	-	-	-	
Receita de Implementação de Infraestrutura	1.309.691	1.223.673	7,0%	-	-	-	
Outras receitas operacionais	33.619	58.513	-42,5%	1.201	1.240	-3,2%	
Parcela variável	(46.816)	(3.562)	1214,2%	(46.816)	(3.562)	1214,2%	
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.053.729	3.692.627	9,8%	2.585.137	2.643.696	-2,2%	
PIS e COFINS	(229.092)	(228.387)	0,3%	(149.596)	(144.134)	3,8%	
ISS	(344)	(467)	-26,3%	(344)	(467)	-26,3%	
ICMS	(78)	(153)	-49,4%	(78)	(153)	-49,4%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(106.076)	(102.719)	3,3%	(106.050)	(102.719)	3,2%	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	
Deduções da receita operacional bruta	(335.590)	(331.726)	1,2%	(256.067)	(247.473)	3,5%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.718.139	3.360.901	10,6%	2.329.070	2.396.224	-2,8%	
Pessoal	(261.799)	(241.129)	8,6%	(261.799)	(241.129)	8,6%	
Material	(1.054.175)	(1.049.658)	0,4%	(7.416)	(19.256)	-61,5%	
Serviços de terceiros	(104.270)	(126.348)	-17,5%	(104.270)	(126.348)	-17,5%	
Outras despesas operacionais	(73.945)	(19.490)	279,4%	(84.427)	(221)	38140,2%	
Custos e Despesas	(1.494.190)	(1.436.625)	4,0%	(457.912)	(386.954)	18,3%	
Depreciação e amortização	(24.720)	(17.925)	37,9%	(361.426)	(332.596)	8,7%	
Custos, Despesas e D&A	(1.518.910)	(1.454.550)	4,4%	(819.339)	(719.550)	13,9%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.199.229	1.906.351	15,4%	1.509.732	1.676.674	-10,0%	
Resultado de equivalência patrimonial	664.137	427.518	55,3%	488.521	389.328	25,5%	
Receita financeira	103.110	147.158	-29,9%	103.110	147.158	-29,9%	
Renda de aplicação financeira	91.251	139.231	-34,5%	91.251	139.231	-34,5%	
Outras Receitas financeiras	11.859	7.926	49,6%	11.859	7.926	49,6%	
Despesas financeiras	(1.103.961)	(1.052.902)	4,8%	(1.103.759)	(1.052.567)	4,9%	
Empréstimos e financiamentos	(115.043)	(1.258)	9041,6%	(115.043)	(1.258)	9041,6%	
- Juros incorridos	(30.140)	(26.819)	12,4%	(30.140)	(26.819)	12,4%	
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%	
- Variação cambial	(94.570)	26.348	-	(94.570)	26.348	-	
- Ajuste ao valor justo	9.667	(787)	-	9.667	(787)	-	
Instrumentos financeiros derivativos	108.940	(3.141)	-	108.940	(3.141)	-	
- Juros incorridos	10.998	23.150	-52,5%	10.998	23.150	-52,5%	
- Variação cambial	107.610	(27.078)	-	107.610	(27.078)	-	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	(9.667)	787	-	(9.667)	787	-	
Debêntures	(1.041.877)	(1.006.064)	3,6%	(1.041.877)	(1.006.064)	3,6%	
- Juros incorridos	(747.828)	(755.556)	-1,0%	(747.828)	(755.556)	-1,0%	
- Variações monetárias	(294.049)	(250.508)	17,4%	(294.049)	(250.508)	17,4%	
- Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	
Despesa Financeira – Arrendamento	(202)	(335)	-39,7%	-	-	-	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(55.779)	(42.104)	32,5%	(55.779)	(42.104)	32,5%	
Resultado financeiro	(1.000.851)	(905.744)	10,5%	(1.000.649)	(905.409)	10,5%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.862.514	1.428.125	30,4%	997.603	1.160.593	-14,0%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(168.599)	(60.403)	179,1%	(6.130)	(89.278)	-93,1%	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.693.915	1.367.722	23,8%	991.473	1.071.315	-7,5%	
EBITDA	2.223.949	1.924.276	15,6%	1.871.158	2.009.269	-6,9%	
Margem EBITDA	59,8%	57,3%	2,6 pp	80,3%	83,9%	-3,5 pp	

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.



5.5. DRE Regulatório 4T24 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	21.593	162.028	14.227	21.235	52.292
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	-	(703)	3.806	7.827	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	21.593	161.325	18.033	29.061	52.292
PIS e COFINS	(381)	(8.584)	(1.249)	(1.913)	(4.839)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(434)	(2.127)	(214)	(346)	(647)
Deduções da receita operacional bruta	(815)	(10.711)	(1.464)	(2.258)	(5.485)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20.778	150.614	16.569	26.803	46.807
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(680)	(8.657)	(561)	(794)	(499)
Material	9	(1.211)	(29)	(45)	(80)
Serviços de terceiros	(449)	(3.769)	(289)	(291)	(1.837)
Outras despesas operacionais	(195)	(3.384)	3.269	7.519	24.119
Custos e Despesas	(1.315)	(17.021)	2.390	6.388	21.702
Depreciação e amortização	(969)	(14.117)	(1.360)	(2.390)	(13.150)
Custos, Despesas e D&A	(2.284)	(31.138)	1.031	3.998	8.552
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	18.494	119.476	17.600	30.801	55.359
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	260	3.959	242	710	5.372
Despesas financeiras	(3.438)	(38.840)	(330)	(415)	(32.683)
Resultado financeiro	(3.178)	(34.881)	(89)	295	(27.311)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	15.316	84.595	17.511	31.096	28.048
Imposto de Renda e Contribuição Social	(406)	(5.117)	(313)	237	(411)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.909	79.478	17.198	31.333	27.637
EBITDA	19.463	133.593	18.960	33.191	68.510
Margem EBITDA	93,7%	88,7%	114,4%	123,8%	146,4%



5.6. DRE Regulatório 2024 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	52.359	642.881	55.988	83.539	207.165
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(138)	(2.436)	3.036	7.827	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	52.221	640.445	59.024	91.365	207.165
PIS e COFINS	(1.534)	(33.958)	(5.100)	(7.635)	(18.629)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.863)	(18.372)	(739)	(1.226)	(2.813)
Deduções da receita operacional bruta	(3.397)	(52.330)	(5.838)	(8.861)	(21.442)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	48.824	588.114	53.185	82.504	185.723
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(3.134)	(32.928)	(1.810)	(2.896)	(1.536)
Material	(55)	(2.658)	(69)	(71)	(74)
Serviços de terceiros	(1.723)	(14.242)	(772)	(1.044)	(7.142)
Outras despesas operacionais	(449)	(7.833)	3.154	7.362	23.174
Custos e despesas	(5.361)	(57.662)	504	3.350	14.423
Depreciação e amortização	(3.661)	(57.506)	(5.438)	(9.312)	(35.184)
Custos, Despesas e D&A	(9.022)	(115.168)	(4.934)	(5.962)	(20.761)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	39.802	472.946	48.252	76.541	164.962
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	1.684	19.886	1.054	2.438	18.248
Despesas financeiras	(3.442)	(142.403)	(351)	(653)	(119.792)
Resultado financeiro	(1.758)	(122.517)	703	1.785	(101.543)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	38.044	350.430	48.955	78.326	63.419
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.039	(30.733)	(3.234)	(4.700)	(12.438)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	53.083	319.696	45.721	73.626	50.981
EBITDA	43.463	530.452	53.690	85.854	200.146
Margem EBITDA	89,0%	90,2%	100,9%	104,1%	107,8%



5.7. DRE IFRS 4T24 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.680	29.881	2.195	2.563	6.340
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.847	65.867	10.101	15.716	38.813
Correção monetária do ativo contratual de concessão	3.900	86.965	8.019	14.439	27.590
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	13.304	4.319	0	-	-
Parcela variável	-	(703)	3.806	7.827	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	22.731	186.329	24.121	40.544	72.743
PIS e COFINS	(417)	(10.018)	(1.822)	(3.021)	(6.730)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(434)	(2.127)	(214)	(346)	(647)
Deduções da receita operacional bruta	(850)	(12.145)	(2.036)	(3.367)	(7.377)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21.881	174.184	22.085	37.178	65.366
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(680)	(8.657)	(561)	(794)	(499)
Material	17	(3.128)	(40)	(51)	(38)
Serviços de terceiros	(449)	(3.769)	(289)	(291)	(1.837)
Outras despesas operacionais	(195)	(2.690)	3.274	7.527	24.091
Custos e Despesas	(1.307)	(18.244)	2.385	6.390	21.717
Depreciação e amortização	(41)	(595)	(15)	(26)	(30)
Custos, Despesas e D&A	(1.348)	(18.839)	2.370	6.364	21.688
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINA	20.533	155.345	24.454	43.542	87.054
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	259	3.959	241	710	5.372
Despesas financeiras	(3.438)	(38.840)	(330)	(417)	(32.644)
Resultado financeiro	(3.178)	(34.881)	(90)	293	(27.273)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	17.355	120.464	24.364	43.834	59.781
Imposto de Renda e Contribuição Social	(442)	(14.973)	(2.643)	(4.094)	20.625
RESULTADO DO EXERCÍCIO	16.913	105.491	21.721	39.740	80.406
EBITDA	20.574	155.940	24.469	43.568	87.083
Margem EBITDA	94,0%	89,5%	110,8%	117,2%	133,2%



5.8. DRE IFRS 2024 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	14.744	118.596	8.615	10.058	25.951
Remuneração do ativo contratual de concessão	7.447	264.622	40.036	61.375	153.563
Correção monetária do ativo contratual de concessão	7.167	205.805	26.759	39.527	92.489
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	(0)
Outras receitas operacionais	19.160	16.106	154	204	-
Parcela variável	(138)	2.436	3.036	7.827	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	48.381	602.692	78.600	118.992	272.004
PIS e COFINS	(1.369)	(34.409)	(6.696)	(10.332)	(24.606)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.863)	(18.372)	(739)	(1.226)	(2.813)
Deduções da receita operacional bruta	(3.232)	(52.781)	(7.435)	(11.558)	(27.419)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	45.149	549.911	71.165	107.434	244.584
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(3.134)	(32.928)	(1.810)	(2.896)	(1.536)
Material	(548)	(8.145)	(80)	(78)	(165)
Serviços de terceiros	(1.723)	(14.242)	(772)	(1.044)	(7.142)
Outras despesas operacionais	(449)	(5.559)	3.177	7.399	22.660
Custos e despesas	(5.854)	(60.875)	516	3.381	13.816
Depreciação e amortização	(89)	(1.571)	(63)	(110)	(111)
Custos, Despesas e D&A	(5.942)	(62.445)	453	3.270	13.705
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	39.207	487.466	71.618	110.704	258.289
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	1.674	19.886	1.054	2.438	18.248
Despesas financeiras	(3.442)	(142.551)	(358)	(665)	(119.792)
Resultado financeiro	(1.758)	(122.665)	696	1.773	(101.543)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	37.448	364.801	72.314	112.477	156.746
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.158	(32.685)	(11.178)	(16.314)	(34.630)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	52.606	332.116	61.136	96.163	122.115
EBITDA	39.295	489.036	71.681	110.815	258.400
Margem EBITDA	87,0%	88,9%	100,7%	103,1%	105,6%

Resultados do 4º trimestre e ano de 2024



5.9. Conciliação DRE IFRS x Regulatório

DRE 2024 (em R\$ milhões)	SOCIETÁRIO				Conciliação SOC x REG	REGULATÓRIO			
	Taesa consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações	Taesa consolidado proforma		Taesa consolidado proforma	Taesa consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações
RAP	(0)	0	-	0	3.673	3.673	2.631	1.042	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	1.145	527	-	1.672	(1.672)	-	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	541	372	-	913	(913)	-	-	-	-
Operação e manutenção	1.072	178	-	1.250	(1.250)	-	-	-	-
Implementação de infraestrutura	1.310	(0)	-	1.310	(1.310)	-	-	-	-
Parcela variável	(47)	8	-	(39)	-	(39)	(47)	8	-
Outras receitas	34	36	-	69	(68)	1	1	-	-
Receita bruta	4.054	1.121	-	5.174	(1.539)	3.635	2.585	1.050	-
Deduções da receita bruta	(336)	(102)	-	(438)	90	(348)	(256)	(92)	-
Receita operacional líquida - ROL	3.718	1.018	-	4.736	(1.449)	3.287	2.329,1	958	-
Pessoal	(262)	(42)	-	(304)	-	(304)	(262)	(42)	-
Materiais	(1.054)	(9)	-	(1.063)	1.053	(10)	(7)	(3)	-
Serviço de terceiros	(104)	(25)	-	(129)	-	(129)	(104)	(25)	-
Outros	(74)	27	-	(47)	(12)	(59)	(84)	25	-
EBITDA	2.224	969	-	3.193	(408)	2.785	1.871	914	-
Margem EBITDA	59,8%	95,2%	<i>n/a</i>	67,4%	17,3%	84,7%	80,3%	95,3%	<i>n/a</i>
Depreciação e amortização	(25)	(2)	-	(27)	(500)	(527)	(361)	(166)	-
Resultado operacional	2.199	967	-	3.167	(909)	2.258	1.510	748	-
Resultado de equivalência patrimonial	664	-	(664)	-	-	-	489	-	(489)
Resultado financeiro	(1.001)	(223)	-	(1.224)	0	(1.224)	(1.001)	(223)	-
Resultado antes dos impostos - LAIR	1.863	744	(664)	1.942	(908)	1.034	998	525	(489)
Impostos e contribuições sociais	(169)	(80)	-	(248)	206	(42)	(6)	(36)	-
Lucro líquido	1.694	664	(664)	1.694	(702)	991	991	489	(489)

Conciliação EBITDA IFRS x Regulatório

R\$ MM	2024
EBITDA Societário	3.193
(-) Correção monetária - IFRS 15	(913)
(-) Receita de construção - IFRS 15	(1.310)
(-) Receita financeira - IFRS 15	(1.672)
(-) Receita de O&M e outras	(1.318)
(+) RAP	3.673
(+/-) PIS/COFINS diferidos	90
(+) CAPEX operacional	1.053
(+/-) Provisão - Contrato oneroso	3.673
(+/-) Outros efeitos societários	(3.685)
EBITDA Regulatório	2.785



5.10. Balanço Patrimonial

R\$ mil	4T24		4T24
	IFRS	Ajustes	Regulatório
Balanço Patrimonial			
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	750.976	-	750.976
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Clientes	233.326	-	233.326
Ativo contratual de concessão	1.477.218	1.477.218	-
Impostos e contribuições sociais	305.244	-	305.244
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	72.443	-	72.443
Dividendos e JCP a receber	106.368	-	106.368
Estoque	17.435	-	17.435
Outras contas a receber	59.647	-	59.647
Total do Ativo Circulante	3.022.657	1.477.218	1.545.439
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	5.740	-	5.740
Ativo contratual de concessão	13.179.348	13.179.348	-
Tributos Diferidos	-	(17.288)	17.288
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(8.094)	8.094
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.592.248	2.453.072	1.139.176
Clientes	31.945	-	31.945
Depósitos judiciais	143.516	-	143.516
Instrumentos financeiros derivativos	6.911	-	6.911
Outras contas a receber	30.984	-	30.984
Imobilizado	222.300	(8.405.001)	8.627.301
Intangível	194.350	(488.056)	682.406
Direito de uso	1.094	1.094	-
Total do Ativo Não Circulante	17.408.436	6.715.075	10.693.361
Total do Ativo	20.431.093	8.192.293	12.238.800
Passivos			
Fornecedores	199.273	-	199.273
Impostos e contribuições sociais	69.574	-	69.574
Empréstimos e financiamentos	443.953	-	443.953
Debêntures	1.038.150	-	1.038.150
Passivo de arrendamento	1.311	1.311	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	511.965	-	511.965
Taxas regulamentares	45.075	27	45.048
Outras contas a pagar	153.440	8.837	144.603
Total do Passivo Circulante	2.462.741	10.175	2.452.566
Empréstimos e financiamentos	41.349	-	41.349
Debêntures	8.275.007	-	8.275.007
Passivo de arrendamento	95	95	-
Instrumentos financeiros derivativos	95.129	-	95.129
Impostos e contribuições diferidos	1.407.194	1.351.352	55.842
Tributos diferidos	791.788	791.788	-
Provisão para contingências	170.404	2.594	167.810
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(39.151)	39.151
Fornecedores	1.678	-	1.678
Outras contas a pagar	246.171	-	246.171
Total do Passivo Não Circulante	11.028.848	2.106.711	8.922.137
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.067.535	-	3.067.535
Custos de transações com acionistas	(25.500)	-	(25.500)
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	3.328.565	(53.942)	3.382.507
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(29.832)	-	(29.832)
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	6.125.120	(6.125.120)
Resultado do período	-	-	-
Atribuído a participação dos acionistas controladores	6.939.504	6.075.407	864.097
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	6.939.504	6.075.407	864.097
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	20.431.093	8.192.293	12.238.800



5.11. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	
	2024
R\$ mil	Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	991.473
Resultado de equivalência patrimonial	(488.521)
Depreciação e amortização	361.427
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	12.641
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	28
Receita de aplicações financeiras	(1.125)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprést e Financ	115.043
Juros e variações monetárias sobre debêntures	1.041.877
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	(108.941)
Imposto de renda e contribuição social correntes	34.837
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.707)
Tributos diferidos	(3.398)
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	43.887
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(9.936)
Despesa de atualização monetária de contingências	15.286
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	7.276
	1.983.147
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	10.404
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	40.551
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	4.165
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	27.135
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(6.030)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	38.953
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	527.065
	642.243
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	2.625.390
Imposto de renda e contribuição social pagos	(52.989)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	2.572.401
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	6.920
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(1.077.967)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(1.071.047)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(3.631)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(29.075)
Captação de debêntures	1.682.950
Pagamento de debêntures - principal	(2.008.980)
Pagamento de debêntures - juros	(699.523)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(16.196)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	24.504
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.006.548)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(2.056.499)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(555.145)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.306.121
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	750.976
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(555.145)



5.12. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa		2024
R\$ mil		IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período		1.693.915
Resultado de equivalência patrimonial		(664.135)
Depreciação e amortização		23.564
Amortização de direito de uso		1.156
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis		12.641
Provisão (Reversão) para compensação ambiental		28
Receita de aplicações financeiras		(1.125)
Custo Implementação - provisão fornecedores		1.002.375
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprést e Financ		115.043
Juros e variações monetárias sobre debêntures		1.041.877
Juros passivo de arrendamento		202
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos		(108.941)
Imposto de renda e contribuição social correntes		34.837
Imposto de renda e contribuição social diferidos		133.762
Tributos diferidos		76.099
Remuneração do ativo contratual de concessão		(1.144.631)
Correção monetária do ativo contratual de concessão		(540.872)
Receita de Implementação de Infraestrutura		(1.309.691)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		43.887
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(9.936)
Despesa de atualização monetária de contingências		15.286
Provisão contrato oneroso		-
Provisão (Reversão) para parcela variável		7.276
		422.617
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no saldo de clientes		10.404
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão		1.526.602
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos		40.551
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos		-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos		4.165
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores		(975.240)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares		(6.006)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar		43.168
Dividendos recebidos das controladas		-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig		527.065
		1.170.709
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		1.593.326
Imposto de renda e contribuição social pagos		(52.989)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		1.540.337
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos		6.920
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível		(44.285)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido		-
Aquisição de controladas em conjunto		-
Aquisição de coligadas		-
Aumento de capital em controladas em conjunto		-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos		(37.365)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos		-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(3.631)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(29.075)
Captação de debêntures		1.682.950
Pagamento de debêntures - principal		(2.008.980)
Pagamento de debêntures - juros		(699.523)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros		(16.196)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ		24.504
Pagamento de passivo de arrendamento		(1.618)
Aquisição de Participação de Controlada		-
Pagamento de dividendos e JCP		(1.006.548)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-
Aumento de capital		-
Outros		-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento		(2.058.117)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(555.145)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		1.306.121
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		750.976
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(555.145)



Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, do grupo AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa, para efeitos de cumprimento da legislação e do estatuto social da Taesa, é feita com base no Resultado IFRS auditado pelos auditores e aprovado em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

As informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos neste documento podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.